



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**EDNEIDE ELISBÃO**

**“OS DE CASA E OS DE FORA”: UMA ETNOGRAFIA DAS RELAÇÕES DE  
CONFLUÊNCIA NO QUILOMBO CACIMBA NOVA**

Brasília - 2026

**EDNEIDE ELISBÃO**

**“OS DE CASA E OS DE FORA”: UMA ETNOGRAFIA DAS RELAÇÕES DE  
CONFLUÊNCIA NO QUILOMBO CACIMBA NOVA**

**Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Antropologia Social do  
Departamento de Antropologia da  
Universidade de Brasília, para obtenção do  
título de Mestre em Antropologia Social.**

**BANCA EXAMINADORA:**

**Professor Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos  
Orientador – PPGAS/UnB**

**Professora Márcia Leila de Castro Pereira  
Examinadora externa – UFPI**

**Professora Silvia Maria Ferreira Guimarães  
Examinadora interna – PPGAS/UnB**

Brasília – 2026.

*Fogo!...Queimaram Palmares,  
Nasceu Canudos.  
Fogo!...Queimaram Canudos,  
Nasceu Caldeirões.  
Fogo!...Queimaram Caldeirões,  
Nasceu Pau de Colher.  
Fogo!...Queimaram Pau de Colher...  
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades  
que os vão cansar se continuarem queimando  
Porque mesmo que queimem a escrita,  
Não queimarão a oralidade.  
Mesmo que queimem os símbolos,  
Não queimarão os significados.  
Mesmo queimando o nosso povo,  
Não queimarão a ancestralidade.*

(Nego Bispo, pensador quilombola)

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria e Edmilson, pelo apoio e alento nos momentos difíceis da vida. Cuja admiração é imensurável. Sou grata pelas suas contribuições para a realização desse trabalho. E aos meus Marcos e Edielison que tanto me orgulham.

Aos meus amigos(as) de vida e àqueles que a universidade me proporcionou, Maria Eduarda e Júnia, aos *primos-irmãos*: Ana Rita e Inacimar. E aos demais amigos que contribuíram para que meus dias fossem mais leves.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Carlos Alexandre, pela compreensão e paciência em todo percurso acadêmico e de escrita. O seu apoio foi essencial para a realização dessa pesquisa, assim como os seus ensinamentos em sala de aula.

Agradeço a todas as pessoas do Quilombo Cacimba Nova que continuam contribuindo compartilhando seus saberes desde a minha infância até o presente. E aos(as) interlocutoras, Maria José, Maria, Gilvania, Willamar, M. José, Julieta, Edmilson, Rimundo, Rosa, Josefa, Luiz, Giselia, Crispe.

À CAPES, pelo apoio financeiro durante o curso.

Por fim, quero agradecer à banca da dissertação, a Profa. Silvia e Profa. Márcia, por suas contribuições a esse trabalho.

## RESUMO:

O presente trabalho analisa o Quilombo Cacimba Nova, localizado na zona rural de São João do Tigre, no Cariri Paraibano, buscando descrever os processos históricos de constituição e organização social do Quilombo Cacimba Nova, a partir da memória local dos *mais velhos*, narrativas de origem da comunidade e formas de organização do espaço territorial e das redes de relações que os membros estabelecem entre si e com o território. Partindo do entendimento de que o território e o parentesco não constituem dimensões separadas, mas se produzem mutuamente, sendo continuamente atualizados nas práticas cotidianas. Se fundamentando na abordagem etnográfica, realizando entrevistas e conversas informais registradas no diário de campo, assumindo a perspectiva de conhecimento situado proposta por Donna Haraway (1995), em razão da dupla condição da pesquisadora enquanto integrante da comunidade. Em que foi possível compreender as condições históricas e culturais do quilombo e como ela está entrelaçada nas redes de relações de parentesco, que operam como princípio organizador do pertencimento, da sua ocupação territorial, das práticas cotidianas e laborais. Demonstraram, ainda, que as transformações recentes de trabalho influem diretamente nas técnicas corpóreas (Mauss, 2003) e nos processos de aprendizagem, as quais não rompem essa lógica, mas elas se reatualizam dentro dos eixos que estruturam a reprodução social da comunidade.

**Palavras-chave:** Relações de Parentesco; Quilombo Cacimba Nova; Território; Relações de trabalho e Memória.

**ABSTRACT:**

This work analyzes the Quilombo Cacimba Nova, located in the rural area of São João do Tigre, in the Cariri region of Paraíba (remnant of black people who resisted slavery in the Brazilian), this study analyzes the Quilombo Cacimba Nova, located in the rural area of São João do Tigre, in the Cariri region of Paraíba, seeking to describe the historical processes of constitution and social organization of the Quilombo Cacimba Nova, based on the local memory of the elders, narratives of the community's origin, and forms of organization of the territorial space and the networks of relationships that members establish among themselves and with the territory. It starts from the understanding that territory and kinship are not separate dimensions, but mutually produce each other, being continuously updated in daily practices. Based on an ethnographic approach, conducting interviews and informal conversations recorded in a field diary, and adopting the situated knowledge perspective proposed by Donna Haraway (1995), due to the researcher's dual role as a member of the community, it was possible to understand the historical and cultural conditions of the quilombo and how it is intertwined in kinship networks, which operate as an organizing principle of belonging, territorial occupation, and daily and labor practices. Furthermore, it demonstrated that recent labor transformations directly influence bodily techniques (Mauss, 2003) and learning processes, which do not break with this logic, but are reactualized within the axes that structure the social reproduction of the community.

**Keywords:** Kinship relations; Quilombo Cacimba Nova; Territory; Labor relations; Memory

**LISTA DE FIGURAS E MAPAS:**

Figura 1: Censo Populacional Quilombola (2022).....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Mapa 1. Município de São João do Tigre .....	38
Figura 2: Genealogia da Família Elisbão Paulo até a 7 <sup>a</sup> geração .....	41
Figura 3: Descendentes de Joana.....	46
Figura 4: Mapa do Quilombo Cacimba Nova .....	49
Figura 5: Reunião com lideranças do Quilombo.....	50
Figura 6: Local do plantio antes do tempo de chuva.....	65
Figura 7: Local de plantio pós- <i>tempo de chuva</i> .....	65

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**

**FCP – Fundação Cultural Palmares**

**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

**IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas**

**PB – Paraíba**

**PE – Pernambuco**

**PJR – Pastoral da Juventude Rural.**

**PROCASE – Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú**

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
METODOLOGIA .....	12
A <i>CASA CAMPO</i> : .....	15
PREÂMBULO: PERCEPÇÕES SOBRE O CAMPESINATO .....	16
PERCEPÇÕES SOBRE QUILOMBOS NO BRASIL: .....	18
<b>1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO</b> .....	23
1.1 NORDESTE ANTES DE SER O NORDESTE.....	23
1.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DA PARAHYBA.....	28
1.3 CARIRIS VELHOS .....	36
1.4 O MUNICÍPIO .....	38
<b>2 MEMÓRIA, NARRATIVA E ORIGEM</b> .....	40
2.1 MEMÓRIA: .....	40
2.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO QUILOMBO CACIMBA NOVA: .....	49
2.2.1 CASAS: .....	52
2.2.2 ROÇADOS: .....	53
2.3 LAÇOS DE CONSANGUINIDADE, AFINIDADE E CONFLUÊNCIA: .....	54
<b>2.4 Conclusão do Capítulo:</b> .....	58
<b>3 TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO QUILOMBO</b> .....	59
3.1 REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO NA COMUNIDADE:.....	59
<b>3.1.1 Sobre o trabalho</b> .....	60
<b>3.1.2 Sobre o corpo</b> .....	62
3.2 A <i>LIDA COM A TERRA</i> .....	65
3.2 O ATO DE APRENDER NAS RELAÇÕES DE PARENTESCO: .....	71
3.4 A LIDA COM A PRODUÇÃO TÊXTIL .....	75
<b>3.5 Conclusão do Capítulo:</b> .....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS:</b> .....	81

## INTRODUÇÃO

Parto do indicativo de uma negativa: a de que não poderia iniciar essa escrita sem apontar o exercício do retorno. Nesse contexto, o retorno à *casa*<sup>1</sup>, aquela onde nasci, cresci e aprendi a reconhecer o mundo, nas histórias contadas no batente da porta e nas memórias que circulam entre nós, do Quilombo Cacimba Nova, localizado na zona rural de São João do Tigre, no Cariri Paraibano.

Situo-me como parte dessa comunidade e, simultaneamente, retorno por meio da investigação acadêmica. A qual essa condição implica assumir dupla inscrição, que não se dissociam, pois pertencço ao território que analiso e analiso o território ao qual pertencço. Tratando de um movimento em que aquilo que me é familiar se transforma em uma descrição antropológica.

A comunidade é formada por 87 agrupamentos familiares, totalizando 255 pessoas, majoritariamente descendem dos primeiros moradores. A cerca de 28 km da sede do município, ela mantém formas próprias de produção, organização e práticas religiosas, assim como práticas religiosas que estruturam sua vida cotidiana. Iniciando seu processo de identificação, algumas lideranças da comunidade apontaram para o ano de 2009, quando foi a primeira vez que ouviram falar sobre o que era um Quilombo, embora ainda não se reconhecessem enquanto tal.

Durante os anos de 2010 e 2012, em atividades que envolviam um intercâmbio de comunidades negras rurais do Estado, que contou com algumas lideranças de Cacimba Nova que atuaram no Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú – PROCASE, retomou-se o debate na comunidade sobre sua identidade, revelando que essa identidade quilombola entre os membros não emergiu como um evento pontual, mas como um percurso gradual de elaboração coletiva. Porém, só em meados de 2014, houve uma rearticulação dessas redes a partir da criação de um grupo de dez pessoas que buscavam uma melhoria na qualidade de vida da comunidade, tais como o acesso à água, a saúde e a renda, entre elas houve processos de articulação com organizações, tais como a Pastoral da Juventude Rural – PJR na comunidade que buscaram contribuir com a comunidade e suas demandas.

É nesse contexto que se insere o Quilombo Cacimba Nova. A certificação oficial como comunidade quilombola foi concedida pela Fundação Cultural Palmares em novembro de 2017. No que se refere ao imaginário local, o reconhecimento acionado enquanto quilombo é frequentemente associado ao ano de 2016, quando a decisão foi acordada de forma quase

---

<sup>1</sup> Os termos em português que se encontram em itálico referem-se às categorias êmicas identificadas no contexto da pesquisa de campo, para diferenciar das demais nomenclaturas e significados de palavras existentes.

unânime entre os moradores com a criação da Associação comunitária. Esse descompasso entre reconhecimento institucional e a autoidentificação do quilombo evidenciou o caráter processual da construção identitária dos que vivem no território.

É a partir desse lugar que se orienta este trabalho, que emerge de indagações que, à primeira vista, poderiam ser tidas como simples, ao mesmo tempo, se revelou uma camada mais complexa de sentido quando confrontada. Sendo elas: como se originou a comunidade? Quem a fundou? Como se organiza? Essas inquietações acabaram por conduzir outras formulações: de que modo se organiza para reprodução do território?

Diante desse conjunto de inquietações, este estudo tem como objetivo como o Quilombo Cacimba Nova se constitui historicamente e socialmente por meio da articulação entre a memória e a origem do território. Busca-se, assim, analisar de que modo esses elementos estruturam a organização social e territorial da comunidade, bem como orientam as formas de trabalho e suas transformações.

Além disso, esse trabalho justifica-se e fundamenta-se pela relevância de compreender as dinâmicas internas de comunidades negras rurais a partir de suas próprias formas de organização, implicando também na necessidade de construir uma escrita voltada para o registro e a valorização da memória e das formas de organização social. Ao sistematizar e privilegiar essas narrativas e experiências locais, o estudo busca fortalecer processos de reconhecimento e afirmação, evidenciando esses sujeitos na produção e transformação do conhecimento científico, a partir das suas lógicas próprias e contextos.

A pesquisa fundamenta-se, portanto, em uma abordagem de caráter etnográfico, construída a partir do retorno ao campo que também é a *casa*, onde cresci. Os quais os seus demais membros foram mobilizadas suas narrativas, com observações do seu cotidiano e na partilha das memórias dos interlocutores, considerando as relações de parentesco e as suas práticas de trabalho e modos de organização que englobam o território.

Esse percurso descrito permitiu compreender tanto o processo de constituição do quilombo quanto as transformações ao longo do tempo, com a atenção para algumas atividades ligadas à terra e à produção têxtil, como a renda renascença e as *facções de costura*, evidenciando como a inserção dessa nova prática rearticula a vida cotidiana com o território.

Para isso foram realizadas algumas etapas de construção até se consolidar nos resultados desse trabalho, conforme apontados nos capítulos seguintes. O primeiro capítulo se dedica às marcações históricas da fundação colonial no Nordeste e, por conseguinte, no Estado da Paraíba, marcado pela economia escravista, pelos ciclos da produção da monocultura com a cana-de-açúcar e da pecuária. A partir das dinâmicas de interiorização da colonização que alcançaram

o que se entende atualmente como o Cariri, nos quais se registram as narrativas oficiais. Esse percurso nos permitiu situar historicamente o meio no qual emergiram as comunidades negras rurais como Cacimba Nova.

O segundo se desloca para análise em escala local, abordando as narrativas locais, com destaque para a figura da Mãe Joana (Joana Batista), reconhecida como fundadora da comunidade. Discutindo como a memória dos *mais velhos*, o parentesco e a organização social do território evidenciam como as dimensões se articulam na vida cotidiana. Explorando, ainda, a descrição da organização social do território, a partir dos espaços dedicados às casas e às roças, demonstrando como o território e o parentesco se constituem mutuamente.

E no que se refere ao terceiro capítulo, por sua vez, faço a análise das transformações das relações de trabalho e dos processos de aprendizagem presentes na comunidade, com atenção para a *lida com a terra* e as produções têxteis. A articulação entre os espaços da casa, da roça e dos quintais, assim como os processos de trato que se dão entre as mulheres a partir deles.

Partindo do sentido de que o trabalho se inicia ainda na infância, por meio das brincadeiras, demonstra-se que aprender no quilombo se dá no campo das relações familiares. Ao discutir essas mudanças recentes nas formas de produzir e as articulações entre espaços, incluindo a introdução de máquinas e reconfigurações produtivas, demonstrar como o trabalho permanece sendo um eixo central na comunidade, ao mesmo tempo que se reconfigura diante da nova atividade.

Assim, esta dissertação não reconstrói apenas uma trajetória histórica, mas evidencia como o território abordado é continuamente produzido com base no parentesco, na memória e nas relações de trabalho. Trata-se de uma escrita que busca compreender a densidade da comunidade enquanto espaço vivido por aqueles que a constroem continuamente.

## METODOLOGIA

Considerando que esse trabalho se propôs a compreender, de forma situada, como a comunidade Cacimba Nova se constitui historicamente e socialmente, a partir da articulação entre a memória, o parentesco e as relações de trabalho, a pesquisa se orientou pela abordagem etnográfica. Entendendo a etnografia também como um pressuposto teórico e modo de produzir interpretações, conforme aponta Peirano (2014). Nessa perspectiva, o trabalho de campo parte

da chave interpretativa do campo e seu universo social (Santos, 2006), permitindo acessar as formas pelas quais a própria comunidade atribui sentido às suas práticas.

Antes do meu retorno ao que se compreende como campo da pesquisa e também à minha comunidade foram realizadas etapas exploratórias com alguns estudos sobre temas relacionados ao interesse de pesquisa, a partir de combinações como: Produção têxtil + Cariri Paraibano + Ciências Sociais; comunidades rurais + produção têxtil + Paraíba; relações de produção + quilombos + costura e produção têxtil + Comunidades quilombolas. Esse último não obteve sucesso na busca com o foco em comunidades quilombolas, mas sim em comunidades rurais.

As conversas se iniciaram e se deram nos períodos de recesso do curso, entre julho e setembro de 2024; de dezembro de 2024 a fevereiro de 2025; e de agosto a setembro de 2025, em que retornei à casa dos meus pais para realização das entrevistas. Em sua maioria foi necessário ir mais de uma vez nas casas para se obter informações, por vezes quando não tinha uma abertura para diálogo, recorria a levar um dos meus pais, o que fazia com que o diálogo fluísse.

Ao todo foram 13 pessoas que contribuíram como interlocutoras, sendo 8 mulheres e 5 homens. Entre elas, 6 delas foram entrevistadas, totalizando um total de 6 horas e 28 minutos registrados. Além disso, 8 interlocutores participaram de conversas informais, realizadas em diferentes momentos de vivência.

A escolha dos interlocutores se deu diante dos critérios como o tempo de vivência na comunidade e a sua relação com as dimensões centrais dessa pesquisa, a memória sobre a origem, bem como a sua disposição para contribuir com ela, incluindo pessoas de diferentes gerações que estivessem envolvidas diretamente nas práticas produtivas locais.

Os sujeitos que contribuíram com a pesquisa são: Raimundo, de 78 anos; Crispe, de 93, morador da comunidade como um dos mais velhos ainda vivos. Maria, de 58 anos, é considerada uma das lideranças. Willamar de 29 anos, também é uma das lideranças da comunidade. Maria José, de 77 anos, benzedeira; Gilvania, de 44 anos, costureira; Josefa, de 44 anos, agricultora; Giselia, de 41 anos, rendeira e agricultora; Julieta, de 76 anos, agricultora; e Rosa, de 73 anos, rendeira.

Para orientar as entrevistas, utilizei algumas perguntas norteadoras para mediar as conversas, principalmente com os *mais velhos*, algumas delas foram: Como surgiu a comunidade? Quais foram as primeiras famílias? Até onde se estendia a terra que a comunidade ocupa? Essas perguntas direcionadas ao contexto de surgimento desencadearam que o diálogo segue seu próprio fluxo.

Tais questionamentos direcionaram também para tensões relacionadas ao parentesco e às relações de trabalho, como a produção da renda principalmente presente no cotidiano das mulheres, a costura enquanto um novo elemento de transformação dessa relação laboral, e aquele que se refere ao manejo com a terra presentes no contexto da comunidade, assim como suas expressões culturais, entre elas, a capoeira.

Utilizei também o gravador do celular para registro das entrevistas. E, quando retornava para casa, fazia as transcrições para o diário de campo. Havia alguns momentos em que observava principalmente as mulheres enquanto produziam suas peças ou seus afazeres no quintal e registrava os movimentos de repetição nas atividades e como se usavam do corpo e dos instrumentos para realizá-los.

Em algumas situações, foi necessário retornar mais de uma vez às casas, na tentativa de aprofundar as conversas, sobretudo da memória ou na saúde de alguns interlocutores que exigiam mais tempo. Em alguns casos, recorri à presença dos meus pais que facilitaram a aproximação e o diálogo com algumas pessoas com que não tinha proximidade, não só porque eu já tinha migrado para estudar fora do estado, mas também das relações de afinidade que não tinha com alguns deles, principalmente os mais idosos, além dos espaços de acesso que me são proporcionados, tendo uma facilidade maior de diálogo com as mulheres da comunidade. A contribuição deles foi fundamental para facilitar essa aproximação e o diálogo com essas pessoas com as quais não se tinha um vínculo prévio. Assim, para além de mediadores, compreendo-os também como pesquisadores colaboradores desse trabalho.

Após a realização das entrevistas e a sistematização dos registros em diários de campo, o material foi organizado e analisado a partir das categorias que se mostraram essenciais para a pesquisa, a memória, o parentesco e as relações de trabalho. Em que busquei identificar as recorrências e diferenças nos sentidos atribuídos pelos interlocutores às suas experiências, permitindo compreender como essas dimensões se articularam na constituição social e histórica da comunidade.

A manutenção e o uso de um caderno de campo foram fundamentais para registrar as conversas informais e a vivência que se tinha com cada uma delas. Conforme afirmou Mills (2009), o cientista social é um artesão que deve “aprender a usar sua experiência de vida em seu trabalho intelectual: examiná-la e interpretá-la” (Mills, 2009, p. 21) e, para isso, faz-se necessário manter um diário de registro de suas vivências. Nesse sentido, mobilizei as experiências que tinha com a renda e a costura, bem como a condição de integrante da comunidade, como parte do processo de descrição, o que me deu acesso a determinados espaços.

Vale ressaltar ainda que já tinha um trabalho realizado com as mulheres rendeiras de Cacimba Nova. Trabalho este, realizado ainda em 2023, voltado para o entendimento das relações de produção entre mulheres rendeiras e seus objetos de criação, bem como seus significados que motivam a perpetuação do artesanato na comunidade. Essa pesquisa possibilitou a continuidade agora no mestrado, porém com outro viés, buscando preencher as lacunas relacionadas ao processo histórico de origem de Cacimba Nova.

#### A CASA CAMPO:

Iniciei a jornada de retorno compreendendo duas dimensões, indissociáveis. A primeira se refere à casa enquanto estrutura física, feita de tijolos, telhas, madeira etc. A segunda, a qual me refiro de modo enfático, diz respeito à casa enquanto dimensão simbólica, correspondendo à comunidade em sua totalidade, composta, por sua vez, por pessoas, crenças, costumes e relações. É nessa segunda que abriga a acepção da *casa* se tornando o campo de pesquisa. Não como lugar apenas onde resido, mas em seu universo social e cultural que ao mesmo tempo se torna um fenômeno de análise. No qual volto após saída para estudar, agora não mais apenas como moradora da comunidade, mas também como pesquisadora dela. Assim, *casa* campo não se limita ao espaço doméstico, mas abrange o que se entende também como território, as redes de relações, o parentesco e as formas de organização que estruturam a comunidade.

A partir dessas formulações, é necessário entender a partir do sentido de que a simbologia é um processo por meio do qual os seres humanos atribuem significados aos objetos, acontecimentos e relações, transformando-os em sentidos dentro de um determinado contexto. Conforme aponta Clifford Geertz (2008), os símbolos funcionam como vínculo entre objeto e ato, o que lhe confere sentido. Assim, algo se torna simbólico não só pela materialidade em si, mas pelos significados a ela atribuídos, culturalmente construídos, que a orientam e interpretam.

Essa condição se vê como desafio, pela proximidade das relações afetivas com parte das interlocutoras, produziu sentimentos ambíguos, principalmente levando em conta o dilema com que me deparei: o que poderia dizer? Até que ponto estaria expondo? Esses dilemas foram recorrentes no contexto do campo.

Um outro desafio consistiu em problematizar alguns aspectos cotidianos, que até então eram naturalizados. Práticas, gestos, nomes e formas de organização que posteriormente precisaram ser questionados. Nesse sentido, tornou-se necessário o exercício de estranhar o familiar, conforme propõe Gilberto Velho (1978), ao afirmar que estar inserido em um

determinado contexto não significa que o compreendamos por completo. O estranhar, nesse caso, implicou deslocar o olhar sobre aquilo em que sempre estive imersa, no contexto de Cacimba Nova, foram as categorias locais que fizeram parte desse processo de estranhamento, nas quais sua maioria se via naturalizada e internalizada por mim enquanto sujeito desse grupo.

O processo se expressou principalmente diante dessas categorias, as quais me eram notoriamente comuns: *famílias maiores*, que se referem ao agrupamento familiar que concentra maiores números de descendentes. Já *famílias menores* são designadas a núcleos menores que residem na mesma casa. Quanto à categoria de *família*, por sua vez, ultrapassa o seu sentido restrito do grupo doméstico, indicando um pertencimento ampliado para aqueles que residem na comunidade, articulando os laços de consanguinidade ou afinidade. Há ainda distinções entre quem pertence ou não a esse grupo, *os de casa* e *os de fora*, que se referem ao grau de parentesco. As quais só foi possível esse processo de desatualizá-las no estranhamento quando me questionava se tais conceitos ou categorias se aplicavam também em outras comunidades quilombolas ou rurais próximas à minha.

Compreender essas categorias exigiu um movimento de desnaturalização, reconhecendo que aquilo que me era comum precisava ser descrito e analisado de forma situada como uma construção social própria da comunidade. Entendendo conforme apontou Donna Haraway (1995), que toda produção de conhecimento é situada, não há neutralidade absoluta, mas posições corporificadas a partir do contexto que se enuncia.

Reconhecer essa inserção histórica e afetiva tornou-se parte da metodologia, permitindo que a experiência vivenciada fosse transformada em material de análise. Ainda assim, reconhecendo as implicações da autoantropologia conforme apontado por Strathern (2014) quando retrata que a familiaridade enquanto sujeito da própria sociedade rompe as barreiras da dualidade entre quem pesquisa e seus interlocutores, já que compartilham as mesmas categorias, assim como são culturalmente situados.

## PREÂMBULO: PERCEPÇÕES SOBRE O CAMPESINATO

Os estudos sobre o campesinato no Brasil passaram por distintos momentos analíticos até a consolidação da categoria tal como é compreendida atualmente no campo das Ciências Sociais. Conforme aponta Almeida (2007), as primeiras formulações, desenvolvidas a partir do século XX, dialogam fortemente com interpretações sobre sociedades agrárias europeias, sendo posteriormente reelaboradas à luz das especificidades históricas e sociais brasileiras. No contexto, destacam-se autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz e Antônio Cândido, cujas

contribuições foram fundamentais para compreender os modos de vida rurais, as formas de organização comunitária e as relações entre cultura, trabalho e território.

Essas abordagens dialogam historicamente com os estudos sobre as culturas caipiras e as chamadas civilizações do gado, presentes em autores como Sílvio Romero. A temática do campesinato também se fez presente na literatura brasileira, especialmente nas obras de Euclides da Cunha, que descreveu as tradições e raízes nacionais associadas ao regionalismo nordestino. Nesse mesmo horizonte, escritores como João Cabral de Melo Neto e Rachel de Queiroz contribuíram para a construção de uma sensibilidade analítica sobre o mundo rural, sobretudo ao retratar os processos de migração do campo para os grandes centros urbanos (Almeida, 2007).

Segundo Almeida (2007), as grandes narrativas analíticas sobre o campesinato no Brasil podem ser organizadas em torno de três eixos principais: (1) o território; (2) as estruturas sociais que compõem as comunidades, com ênfase nas relações de parentesco; e (3) os aspectos culturais. Em muitos desses estudos, tais dimensões aparecem articuladas, configurando análises que se aproximam da noção de fato social total, na medida em que buscam compreender de forma integrada os modos de vida camponeses.

Nesse horizonte analítico, os estudos de Wortmann (1990) ganham destaque ao evidenciar a migração como uma estratégia central de reprodução social no contexto do campesinato em um estado específico do Nordeste. Ao analisar modalidades como a migração pré-matrimonial e a migração cíclica, o autor demonstra como esses deslocamentos influenciam a organização doméstica, as hierarquias familiares e os processos de transmissão da terra, sem, contudo, romper definitivamente os vínculos com o território de origem. O campesinato passa, assim, a ser compreendido não apenas como produtor de alimentos, mas como um modo de vida estruturado por estratégias diversas de reprodução social.

Essa compreensão amplia o debate agrário clássico para a incorporação de outros sujeitos coletivos, como as comunidades quilombolas, cujas formas de organização social e territorial desafiam leituras estritamente econômicas da vida rural. É nesse deslocamento do campesinato como categoria econômica para o território como construção social e política que se tornam centrais os estudos sobre comunidades quilombolas.

## PERCEPÇÕES SOBRE QUILOMBOS NO BRASIL:

A partir das transformações analíticas nos estudos sobre o campesinato, observa-se uma ampliação das abordagens relativas ao acesso à terra, incorporando diferentes grupos sociais e territórios, como comunidades quilombolas, reservas extrativistas e povos tradicionais. Esse deslocamento analítico busca reconhecer sujeitos historicamente invisibilizados, valorizando seus modos específicos de vida e de relação com o território (Almeida, 2007).

É nesse deslocamento do debate agrário clássico para a valorização das formas específicas de relação com a terra que se insere a contribuição de Little (2002), que destaca que essas reformulações evidenciam a diversidade fundiária e sociocultural brasileira, propondo a territorialidade como eixo central para a compreensão das lutas sociais desses grupos. Para o autor, “um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social”, sendo, portanto, “um produto histórico de processos sociais e políticos” (Little, 2002, p. 3). Essa definição desloca o território da condição de mero suporte físico para concebê-lo como resultado de práticas sociais, saberes e regimes específicos de apropriação coletiva.

O território se caracteriza não como um espaço abstrato, mas como um lugar concreto e habitado marcado por significados; a legitimidade de sua reivindicação não depende somente de títulos de propriedade, mas de uma profundidade histórica da ocupação mantida na memória coletiva de um grupo (Little, 2000). Ainda se vê que esses grupos surgem a partir de processos de formação de novos grupos ou etnias resultantes de confrontos históricos, como os quilombos.

Essa concepção do território como construção histórica e vivida oferece uma base analítica fundamental para a compreensão do quilombo em seu significado contemporâneo. Leite (2000) argumenta que, embora o termo quilombo tenha origem banta e tenha sido definido juridicamente no período colonial como agrupamentos de negros fugidos, sua ressignificação ao longo do tempo extrapola essa definição histórica. No contexto contemporâneo, o quilombo passa a representar um direito ao reconhecimento identitário, à terra e a formas próprias de organização social e política, especialmente a partir do reconhecimento constitucional garantido pelo Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988.

A partir da década de 1970, os estudos passaram a enfatizar a capacidade organizativa e política das comunidades quilombolas, compreendendo-as como grupos de resistência histórica ao sistema escravista. Nesse deslocamento analítico, a terra deixa de ser concebida apenas como um elemento definidor e passa a ocupar lugar central na compreensão da reprodução social e da constituição da identidade coletiva desses grupos (Leite, 2000).

Leite (2000) argumenta ainda que, embora o termo quilombo tenha origem banta e tenha sido definido juridicamente no período colonial como agrupamentos de negros fugidos, seu significado contemporâneo extrapola essa definição histórica, passando a representar um direito ao reconhecimento identitário, à terra e a formas próprias de organização social e política.

Diferentemente do que ocorre com os povos indígenas, as comunidades afrodescendentes enfrentam recorrentes questionamentos quanto à legitimidade de sua ocupação territorial. Essa condição transforma o simples ato de viver no território em uma prática permanente de luta, marcada por processos contínuos de expropriação que reforçam desigualdades históricas e estruturam um sistema social hierarquizado pela cor da pele e pelo acesso desigual a bens e direitos (Leite, 2000).

É justamente essa ampliação do significado do quilombo que Arruti (2008) irá problematizar, ao evidenciar as disputas em torno de sua definição no grupo acadêmico e jurídico, assim como suas adjetivações (remanescentes, contemporâneos, urbanos e rurais), tendo como problemática central deste conceito contemporâneo as sucessivas mudanças que o termo sofreu ao longo do tempo.

A sua ressemantização histórica ocorreu no período colonial, no qual o quilombo era visto primeiramente como um objeto de repressão, com a legislação definindo-o de maneira imprecisa. Já no período republicano, o termo deixou de ser primeiramente repressivo para se tornar uma metáfora de resistência política e cultural de um grupo (Arruti, 2008).

O foco cultural durante algum período inicial estava na persistência ou produção de uma cultura negra brasileira, oscilando entre a reprodução de modos de vida africanos, era descrito como uma volta à barbárie conforme descrevia Nina Rodrigues e criticada posteriormente (Arruti, 2008). Do ponto de vista da resistência política, o autor aponta a vinculação a Palmares e à luta de classes, servindo para formas potencialmente de resistência popular.

O conceito de quilombismo, formulado por Abdias Nascimento, contribuiu para ampliar o significado do quilombo para além da noção de fuga, definindo-o como uma forma de organização coletiva pautada na comunhão, na solidariedade e na continuidade histórica da resistência negra. Essa perspectiva reforça o quilombo como projeto político e social, e não apenas como categoria histórica vinculada ao período escravista (Arruti, 2008).

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos “remanescentes das comunidades quilombolas”. Sua formulação resulta da intersecção de duas genealogias políticas distintas. A primeira está associada ao campo simbólico e cultural,

vinculada à militância do movimento negro e à luta contra o racismo, na qual o quilombo é ressignificado como símbolo de resistência histórica.

A segunda genealogia é de caráter agrário, oriunda das lutas pela Reforma Agrária, que buscavam o reconhecimento jurídico de formas específicas de acesso à terra baseadas no uso comum, fundamentais para a manutenção dos modos de vida tradicionais (Arruti, 2008). É a partir do Decreto nº 4.887/2003, que regula o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas, reforçando o critério de autoatribuição ocupadas por comunidades quilombolas que trata o ART. 68.

Nesse contexto, a noção de etnicidade passa a ocupar lugar central na explicação dos mecanismos sociais e simbólicos mobilizados nos estudos sobre comunidades negras rurais. Ao articular classificação social, fronteiras identitárias e formas de organização política, essa perspectiva levou a Antropologia a repensar o próprio conceito de quilombo, enfatizando a autoatribuição como critério fundamental para o reconhecimento desses grupos enquanto sujeitos coletivos de direitos (Arruti, 2008).

Barth (2005) nos mostra que a etnicidade é um meio de representar uma organização social das diferenças culturais, argumentando que um grupo se forma a partir das suas diferenciações, sendo a cultura que emerge dos grupos étnicos. Para o autor, se pensar a cultura como algo distribuído entre pessoas e a partir das experiências delas, conforme se engajam em interações, e ela está em um fluxo constante, diferenciando o objeto da cultura e o da organização social, em que grupos sociais estão em fronteiras.

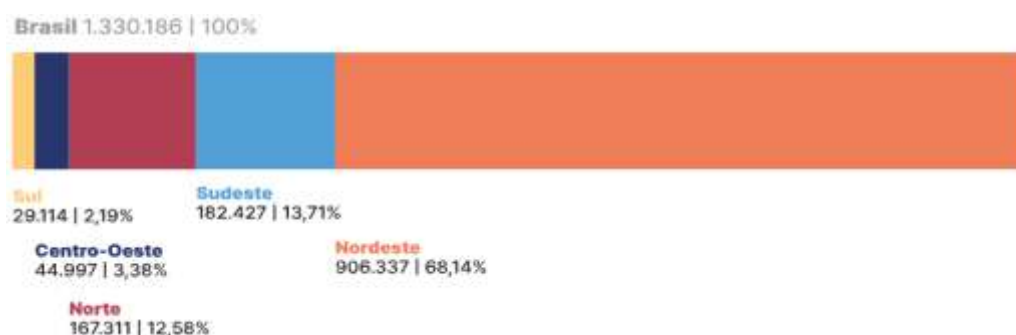
A manutenção dessa fronteira baseia-se nos traços como a linguagem ou os valores. O autor aponta que:

O conteúdo cultural das dicotomias étnicas parece ser, em termos analíticos, de duas ordens diferentes: (i) sinais e signos manifestos, que constituem as características diacríticas que as pessoas buscam e exibem para mostrar sua identidade; trata-se freqüentemente de características tais como vestimenta, língua, forma das casas ou estilo geral de vida; e (ii) orientações valorativas básicas, ou seja, os padrões de moralidade e excelência pelos quais as performances são julgadas (Barth, 2000, p. 32)

Sendo assim, centrada nessa análise de territorialidade e etnicidade, pode ser entendida uma ideia de esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico. Esses estudos sobre quilombos e territórios evidenciam que essas comunidades não podem ser compreendidas apenas como heranças históricas do período escravista, mas como formas sociais dinâmicas, cujas práticas territoriais e políticas se atualizam continuamente em contextos de disputa.

Face a essa contextualização conceitual, é pertinente ressaltar que, pela primeira vez, houve um marco em 2022, foram levantados dados destinados ao cálculo da população quilombola residente no Brasil. Sendo ela de 1.330.186 pessoas distribuídas em todo o país, sendo 68,14% da população residindo na região Nordeste segundo o IBGE (2022), somando ao total de 906.337 quilombolas.

**Figura 1: Censo Populacional Quilombola (2022)**



Fonte: IBGE (2022).

No estado da Paraíba, temos uma população de 16.584 pessoas segundo o censo (IBGE, 2022). Ao todo, são 49 comunidades quilombolas com Certidão de Autodefinição reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares – FCP e 39 com processos em andamento no INCRA.

Essas formulações teóricas sobre território, etnicidade e quilombo permitem compreender que as comunidades quilombolas contemporâneas não se constituem apenas como heranças do período escravista, mas como formas sociais dinâmicas, cujas práticas territoriais e políticas se atualizam continuamente. No caso do Quilombo Cacimba Nova, tais processos se expressam nas narrativas sobre a ocupação do território, nos laços de consanguinidade e afinidade e nas memórias compartilhadas acerca da chegada de Joana, elementos que estruturam o pertencimento coletivo e orientam as formas locais de identificação enquanto quilombo.

Diante dos apontamentos sobre território e comunidades tradicionais, o quilombo não pode ser compreendido sem considerar a centralidade da memória coletiva e das narrativas de origem na produção do pertencimento e da legitimidade territorial. A terra, nesse sentido, não se configura apenas como um recurso material, mas como um espaço vivido, habitado e simbolicamente produzido ao longo do tempo.

Inspirada nas contribuições de Ingold (2000), compreende-se o território como resultado do engajamento contínuo entre pessoas, práticas e paisagens, no qual o habitar precede e

fundamenta a noção de posse formal. Essa perspectiva permite compreender o território quilombola não apenas como objeto de reivindicação jurídica, mas como espaço constituído pelas trajetórias, pelos deslocamentos cotidianos, pelo trabalho e pelas relações de parentesco que o tornam reconhecível e habitável.

Articulando memória, narrativa e território, observa-se que as histórias de origem do Quilombo Cacimba Nova constituem um campo de produção simbólica no qual se entrelaçam experiências de migração, trabalho, parentesco e resistência, elementos fundamentais para a compreensão de sua formação social.

## 1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO

Este capítulo destaca a formação histórica do estado da Paraíba, articulando-a aos processos de colonização e ao uso da mão de obra escravizada, com o objetivo de situar os principais marcos históricos, a estrutura econômica e as relações produtivas que formaram a sociedade colonial paraibana. Parte-se da descrição da ocupação do território e das bases econômicas que estruturam a sociedade colonial, com ênfase na monocultura canavieira, na pecuária e, posteriormente, na produção algodoeira, destacando-se as distintas formas de exploração da mão de obra escravizada e livre.

Desse modo, ao se focar nos modos de produção e usos da terra, bem como na organização do trabalho e por conseguinte no seu âmbito econômico, evidencia como esses elementos englobam a formação histórica do Nordeste e do Estado. Com isso, pretende-se compreender como tais processos se desdobram na constituição de relações sociais, em escala local, presentes nos capítulos seguintes, que serão posteriormente analisadas a partir de uma comunidade rural, Cacimba Nova, tomada como campo desta pesquisa.

Ao longo do capítulo, propõe-se uma leitura articulada à história, buscando compreender como as relações sociais, econômicas, políticas se constituem emaranhadas nesses períodos, criaram as condições de possibilidade para a constituição de comunidades negras rurais, como aquela analisada nesta dissertação.

### 1.1 NORDESTE ANTES DE SER O NORDESTE

O sentido da formação do Brasil esteve indissociavelmente vinculado às nações europeias no contexto inicial da colonização, articulando seus avanços ou retrocessos às dinâmicas políticas, culturais e econômicas do Velho Mundo. Segundo Caio Prado Júnior (1942), a constituição do país esteve fundamentalmente orientada pela produção econômica, marcada pelas grandes propriedades monocultoras, pelo uso da mão de obra escravizada e pela concentração da riqueza. Nessa perspectiva, o autor afirma que:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos

fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos” (Prado Júnior, 1986: 17).

Partindo dessa interpretação, Prado Júnior (1942) destaca ainda que a história da colonização nos trópicos exige atenção à formação da sociedade brasileira, especialmente às suas estruturas de classe, à organização da produção e da renda, à estrutura patriarcal da família e ao papel da agricultura mercantil voltada tanto para exportação quanto para o abastecimento interno da colônia. Assim, a análise da sociedade colonial brasileira revela-se inesperável das bases materiais e simbólicas que sustentaram esse projeto colonial.

Sob o ponto de vista econômico, a estruturação da sociedade colonial brasileira pode ser compreendida a partir de dois eixos complementares. De um lado, situava-se a produção voltada à exportação para o mercado europeu, e do outro, a produção de “subsistência”<sup>2</sup>, responsável por assegurar as condições materiais de funcionamento do setor exportador, apontando que:

Encontramo-la em primeiro lugar incluída nos próprios domínios da grande lavoura, nos engenhos e nas fazendas. Estes são em regra autônomos no que diz respeito à subsistência alimentar daqueles que os habitam e neles trabalham. Praticam-se aí as culturas alimentares necessárias a este fim, ou nos mesmos terrenos dedicados à cultura principal, entremeando-a — como se dá com o milho, plantado entre os algodoeiros, ou com a mandioca, nos canaviais — ou em terras à parte destinadas especialmente a elas. Parte é realizada por conta do proprietário, que emprega os mesmos escravos que tratam da lavoura principal e que não estão permanentemente ocupados nelas; outra, por conta dos próprios escravos, aos quais se concede um dia na semana, geralmente o domingo, e até às vezes, no caso de um senhor particularmente condescendente, mais um outro dia qualquer, para tratarem de suas roças (Prado Júnior, 1942, p. 162).

Conforme argumenta o autor, a subsistência não se configurava como um setor autônomo, mas como um elemento funcional à lógica de economia colonial, subordinada às necessidades da produção destinada ao exterior. Nesse sentido, Celso Furtado (1987) mostra na “Formação Econômica do Brasil” que a economia açucareira, principal base do sistema colonial, dependia fortemente da importação de mão de obra escravizada e de insumos externos para a manutenção e reprodução de sua capacidade produtiva.

Com a redução dos preços internacionais do açúcar, especialmente a partir do século XVIII, embora não tenha ocorrido um colapso imediato da atividade, verificou-se uma queda significativa de sua rentabilidade. Esse processo foi agravado pelo aumento dos preços das pessoas escravizadas e pela migração de mão de obra para regiões mineradoras, o que

---

<sup>2</sup> A ideia de subsistência apontada pelo autor se dá a partir da produção agrícola destinada ao consumo e manutenção da colônia distinta do próprio setor agrícola predominante, à monocultura (Prado Júnior, 1942).

contribuiu para a desorganização de antigas unidades produtivas e para o favorecimento daquelas localizadas com melhores condições de terra e infraestrutura (Furtado, 1987).

Em contraste com a economia açucareira, a economia criatória apresentava um caráter relativamente mais autônomo. À medida que avançava para o interior, estruturava-se com base na produção local, especialmente no aproveitamento do couro, que se tornava a principal e, em muitos casos, a única fonte de renda monetária (Furtado, 1987). A economia nordestina passou por um lento processo de involução econômica, caracterizado pela redução da renda monetária, pela retração da especialização produtiva e pelo fortalecimento do setor pecuário. Paradoxalmente, a estagnação da economia açucareira não resultou em uma emigração em massa da população livre, mas impulsionou movimentos migratórios internos, sobretudo do litoral em direção ao interior pecuário apesar dos ciclos de seca (idem, 1987).

**Quadro 1:** Cronologia das secas na região

<b>SÉCULOS</b>	<b>REGISTRO DE SECAS</b>
<b>XVI</b>	1583;1587
<b>XVII</b>	1603; 1608; 1614; 1692
<b>XVIII</b>	1707; 1710 – 1711; 1721-1722; 1723-1727; 1783-1784; 1791-1793
<b>XIX</b>	1804;1808-1809; 1814; 1824-1825; 1830-1833; 1844-1845; 1877-1879; 1881; 1898
<b>XX</b>	1900-1903; 1915-1919; 1932; 1942; 1951-1953; 1958; 1962; 1966; 1970-1976; 1979; 1980-1983; 1990-1993; 1998-1999
<b>XXI</b>	2001-2003; 2005-2007; 2010; 2012-2013; 2014 – 2015; 2016-2017.

Fonte: a partir dos dados de Souza e Souza (2016), Joffily (1892), Octávio (1994), Furtado (1987), Gomes e Zanella (2023).

No interior do que viria a constituir a região Nordeste, essa dinâmica se manifestou de forma particularmente intensa. A pecuária consolidou-se como a principal base econômica, alcançando seu apogeu no sertão ainda no século XVIII (Prado Júnior, 1986; Celso Furtado, 1987). Contudo, já na segunda metade desse mesmo século, a região passou a enfrentar longos períodos de seca, fenômeno recorrente em sua configuração climática, os quais comprometeram a produção e tornaram insuficientes as condições de consumo e de produção social da população local (Prado Júnior, 1942; 1986), esses limites estruturais evidenciam a fragilidade de uma economia assentada na expansão extensiva e na subsistência, aprofundando

as desigualdades regionais e sociais que marcariam a história da economia do Nordeste brasileiro.

Nesse sentido, compreende-se que a economia colonial estruturada no espaço que viria a ser reconhecido como Nordeste caracteriza-se por uma complexa articulação entre atividades produtivas voltadas para o mercado externo e formas de produção destinadas ao abastecimento interno. Esse arranjo conforme mostra (Furtado, 1987; Prado Júnior, 1942;1986) que essa ação não foi de modo homogêneo, mas variou conforme condições ambientais, a disponibilidade da terra e a presença de mão de obra.

A produção açucareira, centrada sobretudo nas zonas litorâneas e de mata, constitui o principal eixo da economia colonial durante os séculos XVI e XVII (Bernardes, 2007; Furtado, 1987), organizando em grandes propriedades monocultoras, os engenhos reuniam infraestrutura produtiva, força de trabalho escravizada para garantir a reprodução do sistema, além da mão de obra de pessoas livres.

Paralelamente a essa economia, desenvolveu-se um conjunto de atividades voltadas à produção de diversos gêneros alimentícios e outros produtos, tais como mandioca, milho, feijão e pequenas criações de animais (Bernardes, 2007). Essas atividades, embora fundamentais para a manutenção da população, permaneceram subordinadas à lógica do setor açucareiro, ocupando áreas marginais e sendo frequentemente realizadas por trabalhadores livres pobres, indígenas e escravizados.

A pecuária, por sua vez, assumiu papel central no processo de interiorização da colonização. Diferentemente da cana-de-açúcar, a criação de gado demanda grandes extensões de terra e menor contratação de capital fixo, o que favoreceu sua expansão em direção aos sertões; o gado passou a suprir tanto a alimentação quanto o transporte e a produção de derivados (Bernardes, 2007; Batista, 2010). Antes mesmo de qualquer delimitação regional formal, o regime de organização do território colonial se estruturava por meio das capitânicas hereditárias, sistema administrativo conduzido pelos capitães donatários nomeados pela Coroa portuguesa (Bernardes, 2007).

É nesse contexto que começam a emergir formas iniciais de pertencimento regional, intensificadas sobretudo durante o período da dominação holandesa (1630 – 1654) e das lutas pela sua expulsão. Essas disputas, centradas nos domínios das grandes propriedades e sustentadas pela mão de obra escravizada, favoreceram e extrapolavam os limites administrativos das capitânicas, articulando interesses econômicos, militares e eclesiásticos (Bernardes, 2007; Silva, 2023).

Paralelamente, a formação social da região foi marcada pela consolidação de uma elite composta por grandes proprietários, militares, clérigos e comerciantes. Ainda que inserida em uma economia exportadora, essa sociedade desenvolveu identidades próprias, distintas das do colonizador europeu. Nesse arranjo, as relações escravistas não se restringiram aos grandes proprietários, mas também se faziam presentes entre pequenos proprietários e trabalhadores livres, coexistindo de maneira complementar e hierarquizada dentro da estrutura social colonial (Bernardes, 2007).

A complexidade desse processo histórico é ressaltada por Celso Furtado (1987), que aponta que, já na primeira metade do século XVII, a região vivenciava um período de pleno êxito agrícola, sustentado por um modelo que perdurou por quase três séculos. Esse modelo se caracterizou pela elevada concentração da propriedade da terra e da renda sob o domínio de elites regionais formadas ainda no período colonial, cujos efeitos se prologaram historicamente e moldaram as desigualdades presentes no contexto regional.

Nesse contexto, a reorganização do poder com o advento do Estado nacional criou condições para a vida política e contribuiu para uma reconfiguração territorial do país. Nesse processo, o Brasil passou a ser dividido entre Norte e Sul: ao Norte situavam-se as províncias da corte, da Bahia ao Amazonas; ao Sul, estendia-se ao território de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Essa divisão, ainda que administrativa, reforçou diferenças regionais que já vinham sendo gestadas desde o período colonial, antecipando a constituição do Nordeste como uma região social, econômica e historicamente distinta (Bernardes, 2007).

Somente durante o período da Primeira República, compreendendo o período do Império (1822-1889) e do Estado Novo (1937-1945). Passam a ser construídas outras distinções regionais, a partir da fragmentação da até então ampla região Norte. Esse processo esteve associado a diferentes fatores, entre os quais se destaca a exploração da borracha (Bernardes, 2007).

Além disso, textos literários, expressões culturais e alguns estudos geográficos contribuíram para o reforço dessa divisão regional, consolidando a noção de Nordeste. Silva (2023) aponta ainda que o próprio termo emerge no contexto da atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS na região Norte, articulando-se à construção de um imaginário específico em torno do fenômeno da seca.

Assim como o artigo 117 da Constituição Federal de 16 de julho de 1934, que estabelecia a obrigatoriedade da construção de um Plano contra os efeitos da seca nos estados do Norte, definido que:

Art. 177. A defesa contra os efeitos das seccas nos Estados do norte obedecerá a um plano systematico e será permanente, ficando a cargo da União, que dispenderá com as obras e os serviços de assistencia, quantia nunca inferior a quatro por cento da sua receita tributaria sem applicação especial (BRASIL, 1934).

Surgindo assim novas formas de delimitação territorial. Tendo ainda a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1936, que elaborou o primeiro mapa no qual as regiões estavam divididas (IBGE, 1938). Do ponto de vista do salto histórico, com o fim do Estado Novo (1937-1945), os apontamentos sobre a questão regional foram formulados com base nas elites regionais (Silva, 2023; Bernardes, 2007; Celso Furtado, 1987). A partir dos discursos criados sobre o imagético da região, passa a ser vista também a sua vinculação à pobreza, em especial à população rural. Não sendo o bastante, seguiu-se o combate à seca, com a criação de leis e programas com ações de assistência e emergenciais para tentar sanar os períodos das longas secas (Celso Furtado, 1987; Bernardes, 2007).

Diante disso, percebe-se a consolidação enquanto região, diretamente associada a processos históricos de longa duração, marcados pela colonização, pela economia da monocultura exportadora, bem como pelos discursos construídos sobre a seca e pela produção de um imaginário regional específico. É nesse cenário mais amplo que se insere a formação histórica da Paraíba, cujas dinâmicas de ocupação territorial, organização econômica e sua estrutura social reproduziram, levando em conta suas especificidades locais.

## 1.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DA PARAHYBA

O estado da Paraíba é atualmente composto por 223 municípios, organizados em quatro mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão, que, por sua vez, se subdividem em 23 microrregiões. Essa divisão territorial expressa não apenas critérios administrativos, mas também diferenças históricas, econômicas e ambientais que marcaram os processos de ocupação e colonização do território (IBGE, 2022).

Ainda que essa divisão corresponda à divisão territorial contemporânea, ela não pode ser compreendida de forma dissociada dos processos históricos que moldaram o uso da terra, a ocupação populacional e as formas de produção no estado. As diferenças entre litoral, o agreste, o brejo e o sertão são resultados de uma longa duração histórica, marcada por condições ambientais específicas e por distintos projetos coloniais, como já apontavam os intérpretes da

formação paraibana. Em seus primeiros escritos literários sobre sua história, o estado é descrito a partir de três regiões, segundo Joffly (1892, p. 11):

Todas as serras da Parahyba prendem-se a um systema, o da Borborema, que, atravessando-a em meio, de Nordeste a Sudoeste, forma tres regiões bem distinctas: a do littoral, compreendendo os terrenos de catingas, que estende-se até 25 leguas; a dos Carirys Velhos e Brejos, vasto planalto da Borborema com 25 até 40 leguas; e, além da vertente occidental deste planalto, o valle do Piranhas propriamente dito, e de seus numerosos afluentes.

Sendo a escolha do local para estabelecimento devido à sua altitude, a partir da criação de uma capela, se iniciou um povoamento em torno, bem como os meios para lhes assegurar uma estabilidade na região recém-ocupada, conforme aponta Octávio (1994) quando tratado sobre a criação da capitania:

Se a localização, na parte mais elevada, visava a assegurar-lhe defesa, a proximidade do rio possibilitaria, através desse, exportação dos produtos elaborados ou encontrados - açúcar, peles, couro, âmbar, madeiras e algodão. Incluída no conjunto de trocas da economia mundial, a capitania integraria o sistema econômico mercantilista. Sua capital, por tratar-se de sede de Capitania Real, já nasceu cidade, desconhecendo o estágio de vila Octávio (1994, p. 26).

Do ponto de vista da historiografia oficial, Octávio (1994) aponta que, antes de sua constituição como capitania autônoma, o território que hoje corresponde à Paraíba esteve vinculado à Capitania de Itamaracá, criada em 1534 no âmbito do sistema de Capitánias Hereditárias, cuja finalidade principal era assegurar a posse portuguesa e promover a expansão da colonização. Ao norte, a Capitania de Pernambuco se consolidava como polo da produção açucareira, o que intensificou disputas territoriais e conflitos com os povos indígenas que habitavam a região.

Em 1574, foi criada a Capitania da Paraíba, concedida pela Coroa Portuguesa como reconhecimento pelo esforço de ocupação do território, ainda que sua efetiva implantação só tenha ocorrido em 1585. A partir desse momento, instituiu-se de forma mais sistemática a economia canvieira, materializada na instalação dos grandes engenhos, que se tornaram símbolos da estrutura econômica da colônia. Em 1585 foi fundada a cidade de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa), nascendo da última expedição para ocupação de terras, o autor aponta que:

Devido à importância estratégica, a Paraíba fora convertida em capitania real, isto é, diretamente subordinada à Coroa, o que propiciou o emprego de recursos oficiais no empreendimento. A expedição, militarmente chefiada por João Tavares, partiu de Olinda, com aproximadamente mil homens, a cavalo e a pé. Entre os primeiros, encontravam-se militares, proprietários e sacerdotes,

com índios domesticados e escravos negros compondo a massa restante. Ainda assim, essa formação, de que também fazia parte o insistente Frutuoso Barbosa, só conseguiu êxito devido à divisão do campo indígena Octávio (1994, p. 24-25).

A organização fundiária seguiu o modelo das sesmarias, baseando-se na concessão de grandes extensões de terra a poucos proprietários, o que estruturou desde cedo uma sociedade profundamente desigual (Octavio, 1994), apontando que:

A função político-administrativa tinha em vista garantir a subordinação da Paraíba, como parte da colônia brasileira, a Portugal, que era a MetrÓpole, com sede novamente em Lisboa, desde a chamada restauração, em 1640. Nela, a figura central era a do capitão-mor com atribuições assemelhadas aos atuais governadores. Na sequência do processo, surgiram capitães-mores nas vilas e comarcas do sertão, esbanjando autoridade e truculência. No início, porém, só existia um capitão-mor logo denominado de governador e encarregado da defesa da terra, fortalezas, preservação das matas, conservação dos engenhos e provimento da burocracia administrativa (Octávio, 1994, p. 29).

Segundo o autor, a primeira sesmaria na Paraíba foi concedida ainda no século XVI, a partir de 1586, sendo expedidas 5 cartas de sesmaria na capitania, mas a colonização permaneceu concentrada no litoral por um longo período (Ribeiro, 2012). Apenas em meados do século XVIII ocorreu uma expansão mais significativa em direção ao interior, processo que se intensificou com as transformações provocadas pela Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, que redefiniu os critérios de acesso à terra e aprofundou a concentração fundiária, apontando no “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Brasil, 1850).

O sistema de sesmarias constituiu o principal instrumento de ordenamento fundiário durante o período colonial na Parahyba. Por meio da concessão de grandes extensões de terras a quem lhes fosse considerado apto a cultivá-las, a Coroa portuguesa busca garantir ocupação efetiva do território, a produção agrícola e a defesa contra invasões fundiárias nas mãos ligadas às elites coloniais e ao clero (Octávio, 1994; Ribeiro, 2012).

Seu lapso de concessão se deu entre 1624 e 1699, período que correspondeu à invasão dos “holandeses arremeteram contra a Paraíba, antes de subjugar a capital, em 1634. Em todas elas, as lutas se verificaram na foz do rio Paraíba, junto aos fortes de Santa Catarina e Santo Antônio” (Octávio, 1994, p. 46). E em fevereiro de 1634 houve o segundo assalto holandês, em que montaram defesas para estabelecer sua administração política, expulsando a ordem franciscana da capital e demais ordens que lhes fossem contrárias. Seu domínio na capitania durou 20 anos.

Em 1630, a capitania contava com dezoito engenhos, majoritariamente localizados na região litorânea. Enquanto a produção da região se voltou para o litoral e o brejo para a monocultura açucareira escravista, a pecuária e o algodão se concentravam no sertão, até meados do século XIX em vários sítios o algodão tinha a utilidade doméstica para a fabricação de pano e a cana em pequena escala para a produção da rapadura (Octávio, 1994). Segundo o autor, a produção das grandes propriedades “sua força de trabalho residia na escravaria negra, não porque o indígena fosse indolente ou inapto ao trabalho, mas porque na escravidão africana residiam os maiores lucros do sistema econômico mercantilista, baseado na circulação de mercadorias” (ibidem, 1994, p. 30).

Garcia e Herédia Garcia (1978) analisam esse modelo produtivo a partir da lógica da *plantation*, caracterizada pela grande propriedade, pela monocultura e pelo uso intensivo da mão de obra escravizada. No Nordeste brasileiro, esse sistema estruturou relações específicas entre proprietários e moradores, nas quais se concediam às famílias trabalhadoras pequenos lotes para subsistência, enquanto o controle da terra e dos recursos permanecia concentrado nas mãos dos grandes senhores. Essa configuração gerou entraves econômicos e sociais que só começaram a se reconfigurar com o declínio dos engenhos.

Os autores destacam ainda que o crescimento do campesinato livre na região deve ser compreendido a partir da decadência das grandes propriedades, do fortalecimento das feiras livres e da circulação local da produção. As feiras constituíam espaços fundamentais de sociabilidade e organização econômica, nos quais as tarefas eram distribuídas segundo marcadores de gênero e posição social, refletindo as hierarquias vigentes (Garcia et al., 1978).

Com base em sua estrutura patriarcal e religiosa, em que o patriarca dispunha de poder absoluto dentro da propriedade, a mulher, seus filhos e escravizados lhe deviam uma obediência, enquanto os poderes atribuídos à mulher limitavam-se dentro da casa grande. Enquanto a guardiã dessa estrutura, a Igreja, dispunha de capelas dentro das propriedades, e a um dos filhos lhe era atribuído o papel de padre (Octávio, 1994).

A capital paraibana, Parahyba, contabilizou um alto número de pessoas escravizadas (Octávio, 1994), conseguidas a partir das expedições contra quilombos e povos indígenas, entre elas se entendendo do Cariri, Sertão e do Rio Grande do Norte até nos limites do Pernambuco, o qual compreendia as regiões mais distantes da capital, assim como áreas com a vegetação mais seca. São notórias ainda, ressalta, essas implicações do conflito pela terra, principalmente na região do sertão, que foi descrita como “uma região violenta que se prolongou no cangaço e lutas de família” (Octávio, 1994, p.76) contra também os sesmeiros, indígenas e colonos.

Nesse sentido, a colonização se caracterizou como um movimento expansionista em seu modo mais brutal, em pesquisa Rolim (2018), aponta que:

Podemos compreender esses movimentos expansionistas como um projeto de colonização com atividades coordenadas ou, pelo menos, ações que convergissem para o objetivo de conquista dos ditos “espaços vazios”, verdadeiros fundos territoriais. Nas conjuntura específicas, agentes da administração tomavam decisões que nos parecem evidentes sintomas de políticas de colonização (Rolim, 2018, p. 104-105).

As expedições militares, além de garantirem a expansão territorial da colônia, desempenharam papel central na consolidação do domínio colonial na Paraíba. Segundo Octávio (1994), uma das mais significativas foi chefiada por João Tavares, que partiu de Olinda com cerca de mil homens, entre militares, proprietários de terra, indígenas, pessoas escravizadas e sacerdotes. Essas incursões visavam combater a resistência indígena e negra, ao mesmo tempo em que ampliavam as fronteiras da colonização.

Apesar da centralidade da população negra nesse arranjo econômico e social, sua presença foi historicamente secundarizada nas narrativas oficiais sobre a formação da Paraíba. A historiografia tradicional privilegiou a trajetória das elites coloniais, relegando esses sujeitos à condição de força de trabalho invisibilizada, quando não completamente silenciada. Essas narrativas tendem ao apagamento da população negra na história do estado e, quando citadas, vistas e colocadas como bens de seus senhores (Rocha, 2007).

Tendo ainda na perspectiva laboral segundo Joffily (1892, p.152) foram três elementos fundantes dentro do contexto da colonização, entre eles o “americano, europeu e africano, em razão do contacto permanente a que os obrigavam os trabalhos agrícolas da canna e industriaes do assucar”. Assim a população parahybana se constitui a partir de dois agrupamentos produtivos, o primeiro revela-se os criadores, aqueles ligados à pecuária em grande escala que se concentrava no sertão, que ficava a cargo dos “sertanejos”<sup>3</sup>.

O segundo, era o agricultor era restrito ao trabalho no sítio, e sua alimentação se dava mais em vegetais do que em proteína animal, enquanto os sertanejos já advinham de um hábito da vida pastoril, e suas vestes de couro, e em algumas regiões agrícolas como Bananeiras no Brejo, se concentrava a produção de café e fumo e posteriormente com a aguardente (Joffily, 1892; Octávio, 1994), diante desse componente dos agricultores, advinham também do abate do gado, o leite e o couro retirados logo após o abate do animal, além da alta produção de queijo,

---

<sup>3</sup> Nomenclatura dada à população que viviam no sertão do estado, assim como os *matutos e brejeiros* que eram habitantes da zona da mata e do brejo que residiam exclusivamente em zonas agrícolas.

e a buchada, o couro se tornou uma nova base econômica e cultural na sociedade sertaneja centrada na figura do vaqueiro (Octávio, 1994; Batista, 2010).

Nos anos de 1790, se destacou o ciclo da farinha por via do plantio da mandioca, havendo casos de trocas por produtos não encontrados no território, segundo Octávio (1994), ao contrário dos séculos XVI e XVII, onde a supremacia pertenceu ao litoral, e do século XVIII, homogeneizado pelo sertão, o século XIX assinalou a predominância de outras regiões, principalmente com a queda da centralidade do açúcar nos mercados internacionais, entre o contexto histórico ainda se é pontuado as lutas políticas e sociais pela autonomia econômica do estado.

No primeiro recenseamento do Brasil, realizado em 1872, revela-se que na província da Parahyba, se estimavam aproximadamente 21.526 homens e mulheres escravizados nascidos no Brasil (IBGE, 1872). Esse número relativamente reduzido, em comparação com outras províncias, é explicado por Silva (2021) a partir de fatores como as grandes secas entre 1877 e 1879, que provocaram intensos fluxos migratórios, e o possível esgotamento do sistema escravista na região.

Esses dados situados revelam também as consequências das grandes secas e das transformações econômicas do século XIX, que tornaram fundamentais para compreender os rearranjos do sistema escravista e as estratégias adotadas pelas elites regionais diante de sua crise progressiva. Ainda assim, os estudos clássicos sobre a Paraíba pouco se detiveram na análise da escravidão, contribuindo para o silenciamento histórico da população negra no Estado (Rocha, 2007). Em sua estrutura se encontravam ainda as primeiras vilas com Pilar, sendo um dos municípios mais antigos do Estado no final do século XVI, com a inserção das grandes fazendas de gado e das missões chefiadas por padres, e posteriormente ganhou destaque com o cultivo da cana-de-açúcar, ainda que hoje não tenha grande destaque.

Posteriormente, Sousa, com início em 1730, e Campina Grande, no início de 1697, a partir das feiras livres impulsionadas pelos que caracterizavam o campesinato naquele período. São João do Cariri em meados do século XVII e Pombal no final do século XVII, a partir da eliminação dos povos indígenas que habitavam aquela região, e por fim, Areia com a criação dos engenhos (Octávio, 1994; Joffily, 1892; Batista, 2010), ambas são cidades do estado. A primeira se refere à atual região do sertão e a segunda corresponde ao brejo.

A ocupação do interior do estado se iniciou a partir das Missões de Catequese, após a invasão holandesa, e posteriormente se deu a captura dos povos Sucurús e Cariris que residiam no território. No mesmo período, criaram-se vilas na atual mesorregião da Borborema, o Cariri (Octávio, 1994; Joffily, 1892). A criação da antiga cidade à qual o município de São João do

Tigre pertencia, Alagoa do Monteiro (Monteiro), que se consolidou com a concessão de sesmarias (Joffily, 1892). Apesar do crescimento populacional nessas regiões mais próximas do litoral, foi na segunda metade do século XVII que a colonização de fato avançou ao interior, expandindo para quase toda a Borborema, o brejo e os sertões do Cariri e Curimataú.

No contexto da jornada abolicionista, a Paraíba apresentou especificidades importantes. Autores como Souto et al. (2021) apontam que:

“A diminuição no número de escravizados em terras paraibanas tem relação direta com a intensificação do tráfico interprovincial, posterior à lei anti-tráfico atlântico de 1850. A elite paraibana falava da “fome de braços” que assolava o norte brasileiro. Na segunda parte do século XIX, há um crescimento substancial no valor dos escravos, dado a dificuldade na manutenção desta mão de obra; por conseguinte, há um movimento de saída do interior para o litoral e daí para outras localidades, por exemplo, o Sudeste brasileiro que constituirá no locus privilegiado a tal recepção” (Souto [et al](#), 2021, p.50).

Entre esse mesmo período, houve um alto índice de crescimento na produção de algodão e demais produtos agrícolas, superando a exportação do açúcar. Além disso, havia ainda fatores “que favorecem o entendimento da redução da escravaria paraibana, há que se destacar a importância de fatores locais, tais como as secas e epidemias” (Souto, 2021, p. 53). Tendo algumas freguesias perdido 50% de sua população escravizada, principalmente no sertão e cariri paraibano, a região “servia mesmo como lugar de expansão agropecuária para abrir mais espaços pelos brejos e pelo agreste para a agricultura” (Pequeno, 2017, p. 98).

Considerando ainda as implicações da Lei Eusébio de Queirós, instituída pela Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, cujo principal objetivo foi a proibição do tráfico de africanos escravizados no país (Brasil, 1850), observa-se que essa legislação representou um marco importante no processo de reorganização do sistema vigente do período, apontando que:

Art. 1º As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação he prohibida pela Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e hum, ou havendo-os desembarcado, serão apprehendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos (Brasil, 1850).

Embora não tenha significado o fim imediato da escravidão, a lei produziu efeitos diretos na dinâmica econômica e social do período, ao restringir o abastecimento de mão de obra escravizada e estimular novas estratégias de controle e exploração da população negra já escravizada no país.

Tendo ainda a Lei do Ventre Livre, de nº 2.040 de 1871, que declarava livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir da promulgação de 28 de setembro, com ressalvas de tutelas de seus senhores até os seus 21 anos. Dispondo que:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quaes terão obrigação de criar-os e tratar-os até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor (Brasil, 1871).

Na Paraíba, os dados históricos mostram ainda que a exploração do trabalho escravizado estava alinhada à servidão do trabalhador livre, construindo novas relações sobre as formas já existentes, como as relações de compadrio, além da atribuição de funções como vaqueiros e cavadores de poços e açudes para a sustentação das fazendas (Souto, 2021; Pequeno, 2017).

É nesse contexto de exploração intensiva da força de trabalho e da reconfiguração das relações laborais que emergem os movimentos de resistência negra no território paraibano. Entre eles, se destacam os processos de aquilombamento, particularmente no Cariri, que articulavam trabalho artesanal com o uso do couro e da argila e cultivo da terra (Pequeno, 2017). Observa-se, ainda, que “ocorrem então duas perspectivas sobre a história da escravidão, uma pela visão do modelo cultural do colonizador e a outra pelo modelo cultural do escravizado. As duas visões culturais têm modos próprios de ver o outro” (Santos, 2012, p. 44).

Diante dessas experiências coletivas, constituem-se antecedentes fundamentais para a compreensão das comunidades quilombolas contemporâneas e serão retomadas nos capítulos seguintes, assim como a narrativa histórica, a partir de um ponto de vista além do oficial. No quadro abaixo podemos notar os principais momentos históricos durante o período da colonização na constituição do Estado da Paraíba.

**Quadro 2:** Principais marcos históricos da formação da Parahyba no período colonial

ANO	CONTEXTO HISTÓRICO
1534	Criação da Capitania de Itamaracá
1574	Criação da Capitania da Paraíba
1585	Fundação da Cidade de João Pessoa (Nossa Senhora das Neves)

1586	Primeiras concessões de sesmarias
1580-1640	União Ibérica
1634	Ocupação holandesa da capitania
1654	Expulsão definitiva dos holandeses
1697	Formação de Campina Grande como núcleo de feiras
1730	Consolidação de Sousa
1790	Expansão do ciclo da farinha
1822	Elevação da Paraíba à condição de província
1850	Lei de Terras (Lei nº 601)
1850	Lei Eusébio de Queirós
1871	Lei do Ventre Livre
1872	Primeiro Censo do Brasil
1889	Proclamação da República – Paraíba torna-se um estado

Fonte: A partir de Octávio (1994), Joffily (1892), Pequeno (2017) e Batista (2010).

A compreensão desses processos históricos gerais, que atravessam a formação da Paraíba e a constituição de suas relações sociais e raciais, exige um olhar mais atento para as dinâmicas regionais internas do estado. Nesse sentido, o Cariri Paraibano, contexto esse da pesquisa, particularmente a região do Cariri Ocidental, assume papel central, uma vez que concentrou importantes movimentos de ocupação de comunidades negras rurais.

### 1.3 CARIRIS VELHOS

A microrregião do Cariri Ocidental, na qual o campo estudado se situa, está subdividida em duas sub-regiões: Cariri Oriental e Ocidental. Até 1950, a região era compreendida pelo IBGE como Cariris Velhos, integrante da mesorregião do Sertão Paraibano (IBGE, 1985). Área essa que compreendia até final do século XIX como Alagoa do Monteiro, atual município de Monteiro, correspondendo atualmente aos municípios de Amparo, Sumé, Prata, Ouro Velho, Congo, São João do Tigre, Camalaú, Zabelê e São Sebastião do Umbuzeiro (IBGE, 1985)

A região assinalada durante o período de colonização permaneceu como um lugar pouco atrativo, concentrado nas zonas açucareiras, mais especificamente no litoral e nas matas, enquanto os sertões, ainda pouco explorados, já eram habitados por diferentes grupos étnicos, havendo a criação de fazendas, principalmente a partir de 1788, quando se apontava a ocupação

das terras por meio de aquisições de sesmarias para criação de gado, sendo a primeira em 1663 (Souza e Souza, 2016; Joffily, 1892; Batista, 2010).

Entre a produção pecuária na nova região recém ocupada as terras também eram utilizadas para o plantio da mandioca, feijão, milho e o algodão, sendo que “o gado exigia muito espaço, cuja saída era os sertões, e, embora estes novos senhores não conhecessem sua geografia e clima, começou-se em torno disso a descoberta das potencialidades para a atividade de criação oferecida por essa região” (Pequeno, 2017, p.48).

A população escravizada na região entre 1738 e 1843 era de cerca de 366 pessoas, autores como Pequeno (2017, p.98) apontam que “o Cariri servia mesmo como lugar de expansão agropecuária para abrir mais espaços pelos brejos e pelo agreste para a agricultura”; as demais regiões serviam então como ponto de apoio no sentido produtivo.

Os longos períodos de estiagem foram fatores de agravamento de produtivo na região, principalmente para a produção do algodão devido ao longo processo de desmatamento contínuo dos grandes produtores para a criação de gado (Souza e Souza, 2016). Sendo uma das primeiras registradas no estado entre 1845 e 1846, na qual foi enviada uma comissão para amenizar a situação, porém afetou a região a tal modo que mesmo após o fim do ciclo do algodão, áreas que eram ocupadas passaram a enfrentar dificuldades de restabelecimento da vegetação e da variedade de espécies que existiam (Joffily, 1892; Souza e Souza, 2016).

Com o uso de mão de obra escravizada e o uso dos vaqueiros, ambos com praticamente as mesmas funções, entre elas: a produção de cercas, currais, curtição de couro e criação do gado (Batista, 2010; Joffily, 1892). Entre escritos sobre a região há ainda uma acentuada concentração de relatos sobre os castigos impostos pelos senhores, desde o uso da espora, o mourão (tronco utilizado para amansar animais), o chicote e o tronco também vistos como algo recorrente como estratégia de controle (Rietveld, 1999; Batista, 2010).

Nota-se ainda, que havia um baixo quantitativo de pessoas escravizadas na região em seu início de ocupação de terras, Souto aponta que:

O baixo número de escravos nas fazendas e o pequeno poder aquisitivo dos senhores contribuiria para a existência de outras formas de exploração dos trabalhadores, tais como, a reescravização. A transformação de homens livres em escravizados foi mais um mecanismo de dominação senhorial que se fez presente nessas terras (Souto, 2021, p. 49).

Diante da situação posta, vê-se ainda que o Cariri se mostrou um palco também para fugas de pessoas escravizadas, com registros dos primeiros aquilombamentos no mesmo período de povoamento da região, notando seu trabalho com o barro e demais produções

artesanais como a fabricação de telhas, tijolos e panelas. Tendo ainda aqueles que sobreviviam a partir do furto de animais (Octavio, 1994; Pequeno, 2017).

Como base que sustentava a estrutura da composição da região, se via ainda a presença de cultivadores e criadores livres, que habitavam o entorno e o interior das grandes propriedades. São vistos dentro desse contexto os indícios de pessoas negras na construção do campesinato na região devido à escala produtiva que se estabeleceu nas diferentes comarcas diante das adversidades ambientais da região, mesmo com o advento dos longos períodos de estiagem (Batista, 2010).

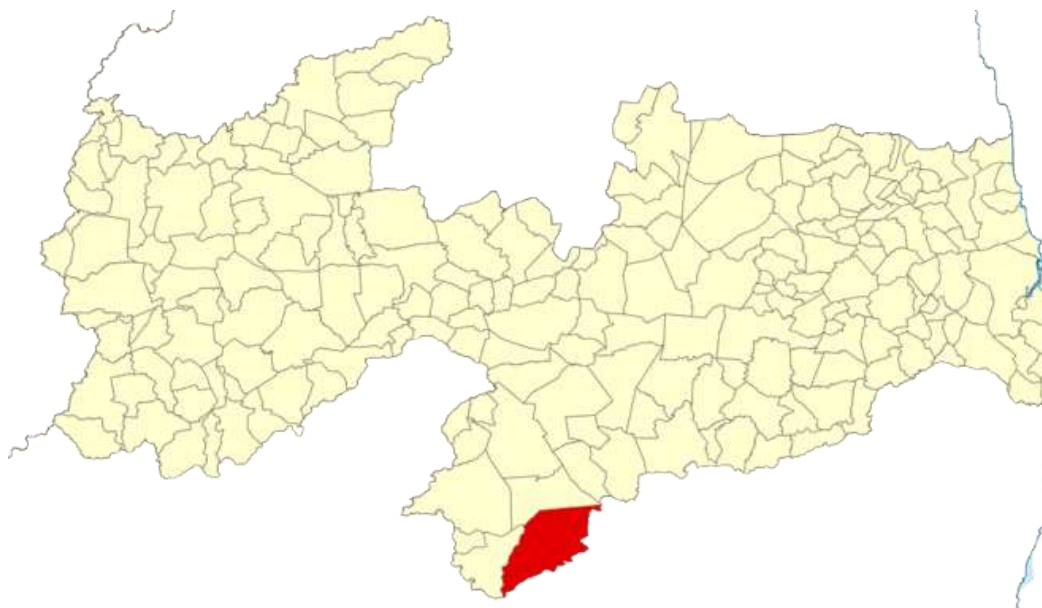
A partir dessa contextualização histórica e regional dos Cariris, torna-se possível avançar para uma escala de análise mais localizada, voltando ao município de São João do Tigre. É nesse contexto específico que se insere a comunidade quilombola Cacimba Nova, cuja trajetória histórica, social e territorial será analisada a partir das marcas deixadas também por esses processos.

#### 1.4 O MUNICÍPIO

O município de São João do Tigre está localizado na microrregião do Cariri Ocidental, no interior da Paraíba. A comunidade quilombola Cacimba Nova situa-se a aproximadamente 28 km da sede municipal e a cerca de 15 km da divisa com o município de Jataúba, no Agreste pernambucano. Essa localização territorial é fundamental para compreensão dos processos históricos, sociais e econômicos que estruturam a comunidade estudada.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o município de São João do Tigre possui atualmente 4.263 habitantes, dos quais mais da metade reside na zona rural. Em termos de extensão territorial, o município possui cerca de 81.261 hectares e faz divisa, ao sul com Poção-PE, a leste com Jataúba-PE, a oeste com Sebastião do Umbuzeiro – PB e, ao norte, com Camalaú - PB.

**Mapa 1.** Município de São João do Tigre:



Fonte: IBGE, 2022.

A cidade se constitui a partir de 1890, com fundação em 1895, segundo escritos do Padre João Jorge Rietveld, no livro *Fragmentos dos 100 anos de história de São João do Tigre 1895-1995*. Em seus registros, o autor dedica pouca atenção às comunidades que já habitavam o território, contudo, aponta que a fundação do município teve início com a doação das terras ocupadas após o extermínio dos povos que ali residiam, por Cândido José Bezerra à Paróquia de Nossa Senhora das Dores.

Posteriormente, ocorreu a construção da Capela de São Sebastião e, em seu entorno, se desenvolveram a partir de pequenos comércios e moradias, além da presença de duas fazendas, Tigre de Baixo e Tigre de Cima, ambas pertencentes a Cândido José Bezerra (Rietveld, 1995).

Registrando ainda, a fuga de diversas pessoas foragidas do litoral para a região se intensificando entre 1800 e 1890, e do estado vizinho advindas de Pernambuco das serras que rodeavam a região, se estabeleceu no atual município de São João do Tigre (Batista, 2010; Rietveld, 1995).

Até 1938, o distrito pertencia a Alagoa do Monteiro (atual Monteiro) e, em 1959, passou a integrar o município de São Sebastião do Umbuzeiro, sendo elevado à categoria de município em 1962. No contexto de suas atividades paroquiais, Rietveld (1995) criou registros sobre algumas cidades do Cariri Ocidental, no qual cita a comunidade brevemente ao final do livro como um aglomerado de pessoas negras que residiam no município. Do ponto de vista dos moradores mais antigos da referida comunidade estudada, Cacimba Nova, durante um longo período evitou contato com o exterior e se manteve *encantada* como estratégia de proteção frente às perseguições.

## 2 MEMÓRIA, NARRATIVA E ORIGEM

Esse capítulo se dedicou a descrever os processos históricos de construção da comunidade Cacimba Nova a partir da memória dos *mais velhos*, bem como a constituição das relações de parentesco. O percurso se baseia em três movimentos circulares. O primeiro se refere à memória enquanto campo de produção de narrativas sobre a origem da comunidade, tendo como a figura central a mãe Joana (Joana Batista), nas quais sua trajetória oscila entre diferentes versões da mesma pessoa e sua descendência.

O segundo se refere à organização social e à territorialidade da comunidade estudada, considerando a disposição das casas e roças, bem como a presença de espaços de uso comum, como expressões materiais da lógica espacial dos demais moradores, e à conjugação do que rege seu ordenamento social.

O terceiro diz respeito à descrição das lógicas parentais enquanto princípio estruturador da vida social do quilombo, a partir das categorias locais de *famílias menores*, *famílias maiores* e *família*, demonstrando como o pertencimento à comunidade está continuamente produzido e vinculado à convivência, à circulação entre casas.

Ao percorrer esses três esboços, a memória, a organização social e o parentesco, o capítulo buscou demonstrar as experiências que a comunidade se funda em suas lógicas próprias de ocupação do território e de constituição das redes de relações, as quais não estão separadas, mas operam mutuamente na produção e na reprodução do grupo.

### 2.1 MEMÓRIA:

Nas narrativas sobre a formação histórica da comunidade remontam ao final do século XIX e início do século XX, embora apresentem versões distintas acerca de sua fundadora, Joana Batista. Descrita por alguns interlocutores como alguém que teria sido “pega” por fazendeiros e, posteriormente, “civilizada”, Joana teria adquirido as terras onde hoje se localiza a comunidade. A ausência de registros documentais torna incertas tanto sua origem quanto as formas pelas quais conseguiu acessar a terra, contribuindo para a fragmentação e a pluralidade da memória histórica local.

Segundo Raimundo (entrevista de 2025), Joana Batista, também referida como Mãe Joana, teria migrado de Pernambuco, onde nasceu e trabalhou em engenhos de cana-de-açúcar. E quando criança tinha sido pega por fazendeiros daquela região, relatando que “a minha bisavó [referindo-se a Mãe<sup>4</sup> Joana] ela foi pega no mato, acho que com 10, 12 anos, segundo o que os mais velho da época dizia, isso lá no Pernambuco. A região de... de lá de... como é que chama de... falei agora, ali onde é a Mata”.

Com a transição do sistema de engenhos para as usinas, decidiu-se migrar com seus filhos e sua mãe, já idosa, para a região que hoje constitui a comunidade. Após a compra das terras, Joana se estabeleceu no local e construiu a primeira casa, vivendo do cultivo de algodão, milho e feijão, destinados tanto ao consumo quanto à venda em sítios vizinhos.

Com o trabalho familiar, foi possível quitar gradualmente a compra da terra, parte do território que a comunidade ocupa hoje teria sido comprada, “ela comprou por 500 contos de réis naquele tempo era dinheiro” (Crispe, 2025). A partir desse núcleo inicial, novos moradores foram se incorporando ao território, sobretudo aqueles que mantinham relações de consanguinidade ou afinidade com Joana e sua mãe. Os demais descendentes vinham dessa relação, quando retratado sobre os demais moradores que adentraram Cacimba Nova, enquanto um lugar de recomeço e de fuga, conforme retratado por Raimundo (entrevista, 2025):

Então, como ele era pistoleiro lá, na fazenda, ficou para lá. Aí, quando o dono da fazenda faleceu, o filho disse: eu não quero mais aqui. Aí até então eles não tinha nada, né? Aí meu avô soube disso, né? Foi lá e falou: você vai criar sua família lá, que eu tenho muita terra, aí eles vieram.

Outra figura presente foi a de João Paulo, cuja origem também aparece de forma difusa nos relatos. Alguns moradores o associam a João Batista como parente próximo; outros o descrevem como alguém que teria fugido de um regime de trabalho forçado em Pernambuco, estabelecendo-se posteriormente na comunidade.

Apesar das versões divergentes, ambos são reconhecidos como figuras centrais na ocupação inicial do território. Como a versão apontada por Crispe (2025): “Ela foi pega no mato sabe, numa manga, mas ninguém sabe de onde veio, colocaram os cachorro atrás dela e pegaram ela. E depois civilizaro ela. É as história que o povo dizia quando eu era novo”.

Já Maria conta que os relatos que ouvia sobre Joana quando criança há descreviam como: “uma mulher negra, dessas mais escura sabe, tinha o cabelo bem longo e lisinho. Antes diziam que ela era índia, aí depois disseram que não, que ela era dessas que a mãe era escrava e que

---

<sup>4</sup> Na comunidade se referem as avós ou bisavós também como mãe, assim como as benzedeiros ou parteiras.

ela tinha fugido pra não ser também, mas ninguém sabe direito, porque eles mentiam e não diziam de onde vinham”, tendo ainda a versão a sua outra versão que alguns dos *mais velhos* contava “tinha outros que dizia que ela tinha vindo de uma fazenda das Matas no Pernambuco, e depois quando conseguiu sair de lá comprou as terra aqui pra viver com os filho” (Entrevista de 2025).

Relatando ainda sobre Joana, e sua origem assim como suas características, que

“Veio uns homens que eram de uma fazenda por aqui por perto que pegaram ela, botaram os cachorro atrás e correram atrás dela e levou ela embora pra cuidar. Naquela época eles diziam que era pra cuidar, mas hoje nós sabemos que não era (...) E ela era braba, e pelo que diziam parecia que não tava acostumada com gente, ela era virada, não deixava ninguém chegar perto. Aí tem essas duas histórias dela, agora qual a certa eu já não sei [risos]. Mas tinha a história ali das pedras que eles eram caboclo brabo, ela e mais dois. Não deixava ninguém de fora entrar aqui aí ficavam vigiando em cima da pedra bem ali em cima, onde a manga<sup>5</sup> passa por perto não tem. Pronto, pois eles ficam mesmo por ali, ficava em cima... acho que eles tinham medo de ser levado embora de novo (Maria, entrevista de 2025).

Quanto à constituição das atuais membros conformes com as falas dos interlocutores, percebe-se que advinham de uma mesma origem familiar. Conforme apontou Maria (entrevista de 2025):

“Porque começou com uma só né, Lisbão Paulo, e aí separou virou duas. Eles foram casando e dividindo o nome. Ai ficou, os Elisbão e os Paulo, ai depois foram casando com as filhas um dos outros com as tias, e virando uma *familia* com mais sobrenome, e depois casaram com gente de fora também, igual minha vó que casou com um de fora (...) Sei que ele dizia que tinha sido enfeitado, o povo dizia que aqui as mulheres encatava os outros, se começasse a namorar queria logo casar com elas. Elas sabiam das coisas, dos rémedio, das reza sabe. Ai ele dizia que tinha sido enfeitado por ela, que veio a pé do Ceará por ela e viveu com ela a vida toda”.

Parte dessa narrativa aponta que seus traços bem marcados fizeram acreditar que Joana era indígena de algum povo que residia nas proximidades do território, porém a partir da pesquisa de campo compreendeu-se que sua origem foi ocultada durante algum tempo segundo os relatos, pois seus descendentes tinham medo de voltar para a fazenda onde estavam antes de chegarem a comunidade, durante um longo período houve uma forte relutância dos moradores a manterem contato com pessoas que fossem distas como de *fora*.

Há ainda a menção a um terceiro personagem, descrito como alguém de *fora*, conhecido por suas práticas de mandinga e encantamentos realizados na mata. Sua importância para a comunidade é destacada pelo fato de que grande parte dos moradores atuais estabelece algum vínculo de parentesco com ele. Segundo os relatos, esse homem teria se casado com nove

---

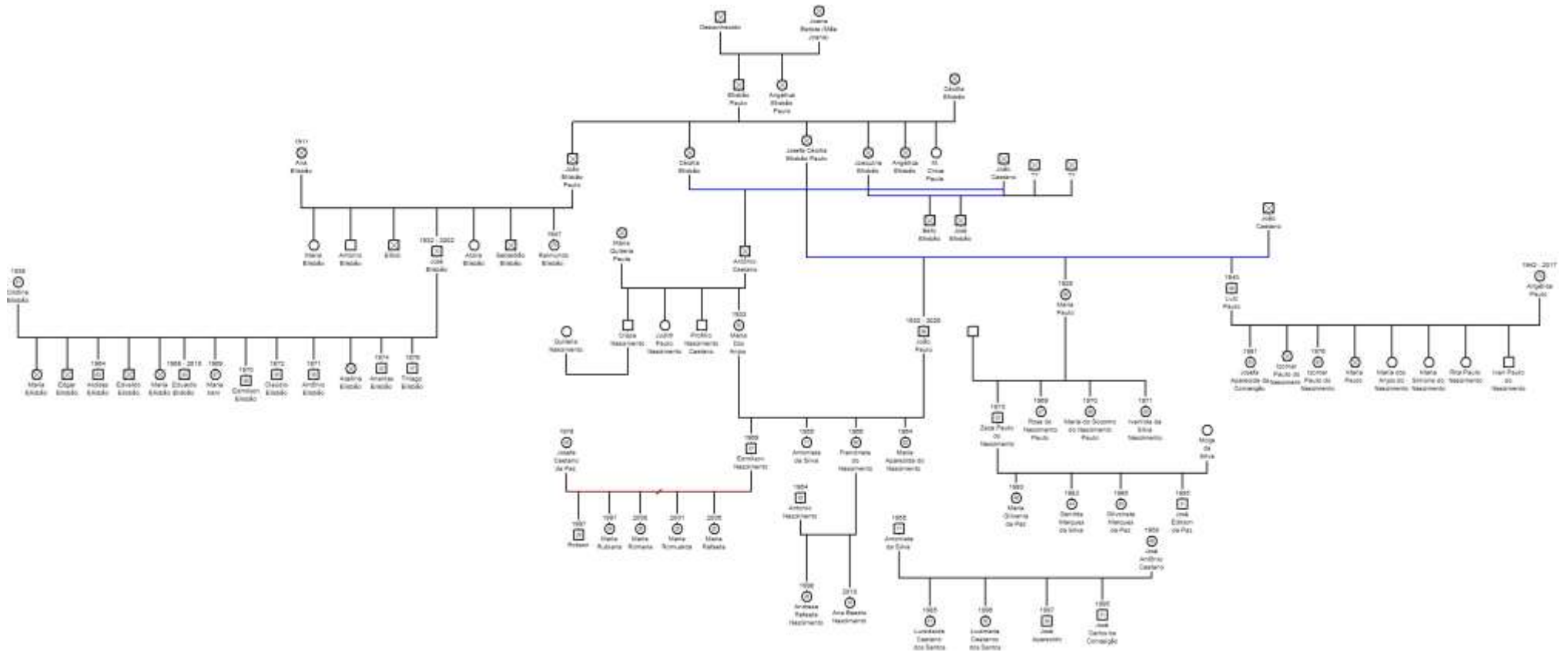
<sup>5</sup>Manga aqui se refere a um espaço envolto por uma densidade da vegetação de caatinga que não é habitada, é utilizada ainda como área de preservação ou local onde se coloca os animais.

mulheres, sendo cinco delas consideradas pertencentes ao grupo de *dentro* da comunidade, Crispe relata ainda que:

“Ele fazia umas mandingas, era mandingueiro e todo mundo sabia. Os mais velhos antes de mim dizia as história que teve uma festa ali no Pátio do Roçado [sítio vizinho], ele gostava de festa sabe, de bebida. Ai ele tava dançando quando pensa que não chega a polícia pra acabar com a festa, ai quando viram que não queriam partiram pra cima dele.. no meio do terreiro tinha uma fogueira ele pulou por cima fez uma reza e sumiu dentro do mato, ai ninguem viu ele, ele se encantou la, diziam que nem bala de revolve pegava ele, se atirasse desviava pra longe, ela se perdia” (Entrevista com Crispe, 2025).

Havendo ainda a diferenciação abordada não só pelo interlocutor, mas algumas vezes abordada por demais membros de Cacimba Nova, diz respeito a quem é *de fora e de casa* da comunidade, caracteriza os limites de pertencimento aos membros e conforme vistas no corpo do quilombo.

Figura 2: Genealogia da Família Elisbão Paulo até a 7º geração



Fonte: Pesquisa de campo (2024-2025)

As pessoas *de fora* são aquelas que não partilham a mesma linhagem sanguínea ou de afinidade, criadas e não criadas, dentro dos limites da comunidade. Já as pessoas de *dentro* são aquelas que, mesmo nascendo fora, foram criadas dentro da comunidade e/ou partilham laços de consanguinidade com os membros do grupo, ou seja, aqueles reconhecidos como parte da grande casa que é a comunidade. Em perspectiva relacional sobre casas, Wortmann (1981) apontava que a existência da família se baseia na casa, para além de uma estrutura física, mas o espaço onde ocorre a materialização da família é uma representação simbólica.

No processo de reconstrução dessas narrativas, recorri também à memória familiar, consultando meu pai sobre seus antepassados e buscando informações que alcançavam até seus bisavós. Sempre que possível, solicitei certidões de óbito e dialoguei com pessoas de diferentes gerações. Esse recorte inicial partiu da identificação da família considerada mais antiga da comunidade (Elisbão), seguida da segunda família (Paulo), ampliando-se posteriormente para as diversas ramificações formadas ao longo do tempo.

#### Quadro de simbologias:

-- Filiação por casamento ou vínculo afetivo
+ Descendência direta de Joana
= Filhos
*Laço de parentesco não ligado a consanguinidade.

#### Quadro 3: Genealogia da 1ª Família

Geração	Pessoa	Vínculos de parentesco	Ano de nascimento
1ª Geração fundadora (final do século XIX/início do século XX)	Joana Batista (Mãe Joana)	Fundadora da comunidade	Meados século XIX
2º Geração de descendentes	Pessoa	Vínculos de parentesco	Ano de nascimento
	Família Elisbão Paulo	Descendência atribuída a Joana Batista	Final do século XIX e início do século XX

2º	Cecília Elisbão	--	Início século XX
2º	Elisbão Paulo	+	Final século XIX
2º	Angélica Paulo	+	
3º	Josefa Elisbão	=	
3º	Joaquina Elisbão Paulo	=	
3º	Angelica Elisbão	=	
3º	Elisbão Paulo	=	Século XX

Fonte: Pesquisa de campo (2025).

As casas, os caminhos e os laços de parentesco não constituem dimensões separadas da vida social em Cacimba Nova. Ao contrário, é por meio da circulação entre casas, do compartilhamento do trabalho e da memória familiar que o território se torna reconhecível como quilombola.

A reconstrução das genealogias da comunidade revela que o parentesco não opera apenas como um dado biológico, mas como princípio organizador da vida social, do território e da memória coletiva. Nesse sentido, os dados etnográficos dialogam com uma tradição antropológica que compreende o parentesco como uma construção social, histórica e relacional, produzida a partir de práticas de convivência, trabalho e compartilhamento do território.

Ainda que os relatos sobre sua prole sejam marcados por incertezas e pela recorrente repetição de nomes ao longo das gerações. Essa prática, comum em contextos camponeses, dificulta a distinção entre ciclos geracionais, especialmente quando nomes são reutilizados em homenagem a parentes falecidos.

No contexto do campo, viu-se nas entrevistas realizadas com diferentes gerações na comunidade que indicam consenso quanto à centralidade de Joana Batista como a primeira pessoa a se estabelecer no território, ainda que sua origem permaneça, para muitos, incerta.

As frequentes repetições de nomes revelam não apenas as dificuldades na reconstrução genealógica, mas também uma forma específica de produção da continuidade social do Quilombo Cacimba Nova. Angélica, Ana e Cecília dificultam a identificação precisa de sua localização geracional. Durante o campo, foi possível localizar uma foto de uma das suas descendentes; estimava-se que ela pertencia à 2ª ou 3ª geração das pessoas da comunidade, conforme imagem abaixo:

**Figura 3:** Descendentes de Joana



Fonte: Pesquisa de campo (2025).

Em alguns casos, não é possível afirmar se determinadas pessoas pertenciam à geração de filhos, netos ou mesmo bisnetos de Joana Batista, prática que se relaciona tanto à mortalidade infantil quanto à transmissão simbólica dos nomes entre gerações. Situações semelhantes são observadas, como no caso de Cristina Elisbão e José Elisbão, cujos descendentes reproduzem nomes semelhantes, a dos demais moradores diferenciando-se apenas por sobrenomes ou idades, prática também presente entre os filhos de Luiz Paulo e Angélica Paulo.

A repetição de nomes ao longo das gerações pode ser interpretada, à luz de como mecanismo de reprodução social e simbólica do campesinato. Mais do que dificultar a reconstrução genealógica, essa prática reforça a continuidade da linhagem e a ancoragem da memória familiar no território, indicando que a pessoa não se esgota em um indivíduo, mas se prolonga na história coletiva do grupo.

Outra figura frequentemente mencionada é a de João Caetano, que foi associado ao misticismo, às *práticas de mandinga*. Seu Crispe (entrevista de 2025) em seus relatos apontou que:

Os mais velhos antes de mim dizia as história que teve uma festa ali no Pátio do Roçado [sítio vizinho], ele gostava de festa sabe, de bebida. Ai ele tava dançando quando pensa que não chega a polícia pra acabar com a festa, ai quando viram que não queriam partiram pra cima dele.. no meio do terreiro tinha uma fogueira ele pulou por cima fez uma reza e sumiu dentro do mato, ai ninguem viu ele, ele se encantou la, diziam que nem bala de revolve pegava ele, se atirasse desviava pra longe, ela se perdia.

O qual manteve relações com as irmãs conhecidas como Tutes, Rita, Ana, Felícia, Lucinda e com a sua mãe, Tereza Tute, além de vínculos com mulheres da família Elisbão,

como Joaquina, Angélica, Chica Oco e, segundo alguns relatos, Cecília Elisbão. Desses casamentos teria se originado a segunda grande família da comunidade, os Paulo, a partir de Josefa Elisbão; essa configuração tem modelos normativos de família, conforme mostra o quadro V abaixo.

**Quadro 4:** Tronco familiar da 2ª geração

<b>GERAÇÃO</b>	<b>Pessoa</b>	<b>Vínculos de parentesco</b>	<b>Ano de nascimento</b>
2º	Joaquina Elisbão	Filha de Joana	Final século XX <sup>6</sup>
2º	Angélica Elisbão	///	Início século XIX
2º	Cecília Elisbão	///	Início século XIX
2º	Chica Oco	///	Início século XIX
2º	Josefa Elisbão Paulo	///	Final século XX
--	João Caetano	Conjuge	Final século XX

Fonte: Pesquisa de campo (2025).

Ainda em 1904, segundo relato de Raimundo<sup>7</sup>, os moradores da comunidade durante esse período trabalhavam em troca de comida, entre eles “um prato de farinha ou de feijão”. Essa forma de pagamento, fortemente associada às condições de vulnerabilidade, que se acentuavam nos períodos de estiagem, prolongou-se ao longo do tempo e estruturou parte significativa da experiência social e econômica da comunidade.

No entorno do território, se destacam relevos montanhosos localmente denominados de “serras”, enquanto, em sua retaguarda, especialmente na área de fronteira entre Paraíba e Pernambuco, localizavam-se grandes propriedades rurais. Nessas fazendas, os moradores da comunidade desempenhavam diversas funções agrícolas e domésticas, inseridos em relações de trabalho nas quais, além da prestação de serviços, parte do que produziam permanecia sob posse dos proprietários das terras.

Tais dinâmicas evidenciam formas históricas de exploração do trabalho e de subordinação econômica que atravessaram a constituição da comunidade e moldaram suas estratégias de sobrevivência durante um longo período, mesmo com as buscas alternativas de

<sup>6</sup> Algumas das idades aproximadas durante a pesquisa foram associadas aos períodos de *estiagem* na região.

<sup>7</sup> (Entrevista em agosto de 2025).

sobrevivência partindo da migração para outras cidades e estados a terra e as casas se mantiveram com pessoas de *famílias maiores e menores*, continuaram na comunidade, enquanto majoritariamente a figura do homem saía ou do filho mais velho para contribuir na renda da casa.

## 2.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO QUILOMBO CACIMBA NOVA:

A caatinga se sobrepunha, coberta por uma vegetação seca, envolta pela aridez, com os seus galhos retorcidos em tons cinzas e espinhosos dos “alastrados”, ali presentes, sem espaço para as folhadas verdes nessa paisagem. A vegetação, por sua vez, renasce com as chuvas, de janeiro a junho, voltando a caracterizar-se de verde temporariamente, redefinindo as práticas e os usos com o território.

Nesse cenário, um elemento recente provoca estranhamento e reconfigura a paisagem: as imensas hélices dos parques eólicos, visíveis a quilômetros de distância, se localizam nos pontos mais altos do município. A aparição dessas estruturas introduz novas dinâmicas territoriais e simbólicas, tensionando formas tradicionais de ocupação e uso da terra, ao mesmo tempo em que redefine a relação da comunidade com o espaço em volta (Alves, 2023).

A inserção da comunidade nesse território semiárido, marcada por relações históricas com a terra, o trabalho agrícola e os vínculos de parentesco, constitui um elemento central para a compreensão de sua organização social e de suas narrativas de origem.

**Figura 4:** Croqui do Quilombo Cacimba Nova



Fonte: Alves (2025)

A comunidade não pode ser compreendida dissociada do ambiente em que se insere, no caso, o semiárido. O croqui da comunidade evidencia como a relação do ambiente se traduz em nossa organização socioespacial. As casas foram se constituindo próximas aos cursos de água, o primeiro na parte mais baixa, e o segundo em um ponto mais alto, como os rios mapeados, e a infraestrutura de armazenamento hídrico construindo. Posteriormente, conforme as demandas dos moradores, a exemplo dos tanques de pedra e dos escavados, bem como dos poços que foram perfurados.

A proximidade entre casas, áreas de cultivo e fontes de água revela uma lógica de ocupação partilhada da terra para aquelas que não são cercadas. Tais elementos de uso comum do espaço, como o salão comunitário, igrejas, campos de futebol e fontes de água, ocupam a posição do centro do território. Esses espaços funcionam para o uso coletivo.

Diante disso, cabe afirmar que a comunidade se estruturou de dois elementos centrais, a família e a terra, tendo como parte dessa estrutura de atuação que orienta a vida social da comunidade a Associação. Conforme mostra a imagem abaixo, com a reunião de algumas lideranças da comunidade.

**Figura 5:** Reunião com lideranças do Quilombo



Fonte: Pesquisa de campo (09/03/2025).

Enquanto a família opera na organização da vida cotidiana, a associação orienta a organicidade do conjunto de ações dentro do Quilombo. Atuando como a instância organizadora das demandas, ela é responsável pela articulação das questões que envolvem o território, os projetos e as relações com os agentes externos.

Tendo ainda a diretoria como um canal de contato quando surgem iniciativas de impacto na comunidade, como ocorre no caso dos empreendimentos de energias renováveis, com sua chegada em 2015, com discursos de geração de emprego para os moradores e arrendamentos de terras para que fossem instalados os aerogeradores dentro do território (Alves, 2023). Ainda se nota o próprio espaço territorial da comunidade de forma reduzida devido às tentativas de inserção de empreendimentos no quilombo.

Tendo ainda, na comunidade, alguns elementos centrais para os seus membros, entre elas se configura a capoeira, especialmente para os jovens e as crianças entenderem o que era essa identidade, apesar da recusa de muitos em aceitarem esse passado e para alguns o próprio entendimento enquanto pessoas negras, “eu costumo dizer que nossa comunidade quilombola hoje teve uma transformação naquela época de 2009, 2010 que a gente iniciou a capoeira, o projeto aqui” (Willamar, entrevista de 2025). Sendo essa atividade presente no cotidiano de diferentes gerações, a prática é reconhecida como “uma ferramenta de transformação que muda a vida das pessoas (...) ela transforma a vida do indivíduo, ou seja, daquela pessoa que está ali participando das aulas. A capoeira tem o poder de transformar uma família, uma comunidade.” (Willamar, entrevista de 2025).

### 2.2.1 CASAS:

As casas apresentam, em sua maioria, cercamentos ao entorno, delimitados por estacas de madeira da caatinga, formando espaços retangulares ou quadrados que definem o terreiro doméstico. Poucas residências dispõem de área suficiente para o cultivo imediato ao redor da casa: os roçados e os espaços de criação de animais se localizam a uma certa distância da moradia, embora em alguns casos ainda estejam no entorno direto, quando o núcleo familiar possui maior extensão de terra.

A entrada das casas costuma se situar próxima a uma porteira, seja ao lado, seja diretamente à frente dela, marcando um espaço externo e o espaço doméstico. Nessa área frontal, se observa a presença de plantas nativas da caatinga, como catingueiras, e outras plantas rasteiras, que se misturam à paisagem do *terreiro*.

Na parte posterior da casa, geralmente localiza-se o espaço que se destina às atividades domésticas, especialmente a lavagem de roupa. Esse espaço é composto, na maioria das vezes, por uma pequena estrutura de cimento, acompanhada de uma pedra maior sobre a qual se apoia, próximo a esse local se encontram cisternas destinadas ao abastecimento de água potável, em alguns domicílios, há duas, como estratégia de armazenamento hídrico.

A poucos passos da casa, acerca de alguns passos, se observa outro pequeno cercado, geralmente destinado às galinhas. Nesse espaço, é comum a presença de uma árvore de maior porte, que serve de poleiro, integrando a criação do animal.

As casas que dispõem de menos espaço em volta, a organização segue uma lógica semelhante, mesmo aquelas menores. Pequenos quintais cercados com madeira da caatinga delimitam o uso do espaço atrás da casa, quase todas elas mantêm pequenos canteiros, onde se cultivam ervas para chás e plantas medicinais. Nessas moradias, a organização interna apresenta uma estrutura relativamente padronizada, composta, em geral, por dois a três quartos, um banheiro, sala e uma cozinha interna. Em muitos casos, há ainda uma cozinha externa, destinada ao uso do fogão a lenha ou a carvão.

As casas que possuem maior extensão de terra se organizam de forma semelhante, porém com acréscimos estruturais, *a casa aumentada*, além dos cômodos de moradia, é comum a presença de espaços destinados ao armazenamento de ração, à criação de animais e à construção de fontes de água e estruturas voltadas à produção.

As moradias se concentram próximas umas das outras, que se organizam a partir do vínculo de parentesco. Irmãos, pais e filhos tendem a construir suas casas em agrupamentos

contíguos, formando novos núcleos articulados no espaço próximo ao lar de origem. Em muitos casos, a casa dos pais permanece ao lado da dos filhos, e quando não ocorre, com o envelhecimento, são acrescentados um ou dois cômodos à casa dos filhos destinados à moradia dos mais velhos.

### 2.2.2 ROÇADOS:

Devido às características da vegetação e do solo da região onde a comunidade se encontra, não toda a terra é considerada produtiva ou apta ao cultivo. A organização dos roçados dentre esses sítios se estrutura a partir da locação da casa, que ocupa uma posição de centro no *terreno* familiar. A partir desse ponto, o espaço se divide em áreas cercadas, delimitadas principalmente por cercas de arame farpado, dividindo cada espaço, o do plantio e o lugar destinado à criação de animais.

Ao lado da casa, se localiza o cercado destinado aos animais, separado do restante do terreno por cercas, isto é, quando não estão soltos, passado o período de cultivo e colheita. À frente da casa, observa-se uma área ocupada predominantemente por vegetação nativa, como a catingueira, a jurema e outras espécies locais, não sendo utilizada para fins produtivos, permanecendo como área de preservação ou para fins medicinais.

Na parte posterior da casa encontram-se a plantação da palma, para a alimentação dos animais, e a fruta para o consumo. Um pouco mais afastados, em áreas ligeiramente mais amplas do espaço, visíveis à janela da cozinha, estão localizados os roçados propriamente ditos, é ali onde são cultivados alimentos como milho, feijão, algodão, o jerimum, entre outros. Entre essa produção não se separa por *covas* cada espécie [menos o algodão] é feito o plantio na mesma *cova*. Essa disposição permite que o espaço produtivo se integre a casa.

Durante os períodos de estiagem, o terreno permanece com restos da plantação anterior, ou viram ração para os animais. Esses organismos tornam-se uma espécie de cobertura sobre a terra, funcionando como compostagem utilizada como adubo para o ciclo seguinte do plantio, até a chegada das chuvas no início do ano, isso quando não passam pelos períodos de *descanso*, nos quais passam-se anos sem uma produção ou é adaptado para a criação de animais.

Após o período de chuvas e a aração da terra, realizada antes que o tempo volte a *estiar*, se inicia o plantio. Essa atividade envolve os diferentes membros da família, sendo cultivados os mesmos tipos de alimentos, em razão da sua adaptação às condições regionais.

O trabalho no roçado, na maioria das vezes, envolve os membros durante o plantio e a colheita, algumas tarefas, no entanto, apresentam divisões específicas, a aração da terra geralmente realizada pelos homens, assim como a limpeza do mato, incluindo a retirada das ramas que se enroscam no milho e do carrapicho.

### 2.3 LAÇOS DE CONSANGUINIDADE, AFINIDADE E CONFLUÊNCIA:

É diante disso que percebemos que a estruturação da constituição da comunidade Cacimba Nova fundamentalmente se deu a partir dos laços de parentesco desde sua ocupação no território e das práticas cotidianas associadas à moradia e ao trabalho inicialmente com a terra. As relações familiares, as casas, as roças, os quintais que se configuram como os principais espaços também de organização da vida social.

Na composição de grupos, ao todo, se constituem 87 famílias, compostas por casais, viúvas, pessoas separadas e mães solteiras, sua distribuição do total de pessoas se dá a partir das categorias locais de denominação, conforme o quadro de distribuição populacional:

**Quadro 5:** Distribuição da população por categorias etárias

<b>CATEGORIAS LOCAIS</b>	<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>TOTAL</b>
Crianças	0 a 14 anos	71
Jovens e Jovens Adultos	15 a 29 anos*	62
Adultos	30 a 59 anos	80
Pessoas idosas (Mais velhos)	60 anos ou mais	38

\*Considera-se jovem o sujeito entre 15 e 29 anos sem vínculo matrimonial; enquanto o jovem adulto refere-se àqueles que, na mesma faixa etária, têm independência financeira (um trabalho), que têm também uma união conjugal.

Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Atualmente, a comunidade é composta por descendentes das primeiras famílias, totalizando 255 pessoas, incluindo aqueles que migraram para estudar ou trabalhar e que ainda mantêm um vínculo de retorno à comunidade com frequência, sendo 129 mulheres e 126 homens, isso até metade do ano de 2025, o qual se faz necessária atualização tendo em vista o nascimento de novos membros da comunidade.

Esses laços se organizam internamente a partir do que se entende enquanto parentesco por nós que pertencemos a esse território, com as filiações e o pertencimento grupal e formas de organizar e se organizar. Nossa estrutura interna se constitui de forma diversificada, dividida entre três categorias: *famílias maiores*, *famílias menores* e *a família*<sup>8</sup>.

A *família maior* é aquela composta por mãe, pai (ou não), filhos, tios, sobrinhos, primos de 1º e 2º grau, avós, netos e, por conseguinte, os *primos carnais*, que são aqueles que são filhos de um casal de dois irmãos e duas irmãs que se casam, nesse sentido, os filhos dos casais tendem também a serem irmãos. Essa configuração familiar é composta independentemente da quantidade de pessoas, mas que envolva o núcleo familiar de origem, mantendo ou não alguma relação de proximidade.

As *famílias menores* são aquelas compostas pelo grupo que mora na mesma casa, e ainda aquelas com exceções com os agregados, como os *primos-irmãos* que não moram necessariamente na mesma casa. Geralmente é composta por mãe e pai, mãe solo, ou casas para além dos moldes heteronormativos, com filhos(as). Podendo ainda compor os pais quando idosos e passarem a morar na mesma casa.

A *família* é composta pelos demais moradores da comunidade que partilham algum laço de parentesco com descendentes da mesma linhagem [Elisbão e Paulo]. Ela é composta por 255 pessoas que correspondem ao total de pessoas que são parte da comunidade, assim como os primos de 3º grau, incluindo aqueles que migraram para estudar ou trabalham fora dela e retornam aos finais de semana ao seu núcleo de origem.

Tendo ainda aqueles que migraram para trabalhar e fixaram moradia fora da comunidade sem perspectiva de retorno que não entraram na somativa. Como o caso de um dos membros da família Elisbão que teve 11 filhos deles apenas um reside, logo, apenas esse foi considerado dentro da soma, ou o caso de um dos que descendem do tronco familiar Paulo, com seus 7 filhos, dois residem em comunidades vizinhas, mesmo que sejam considerados parte da comunidade, não entraram na soma já que não contribuem diretamente da vida cotidiana de Cacimba Nova. O mesmo se aplica aos demais moradores.

Sendo eles ou não casais que partilhem a mesma linhagem [*família maior*], há as regras implícitas sobre os laços conjugais que podem ser formados, enquanto na primeira categoria há as possibilidades de constituição desses laços afetivos, com a exceção dos *primos-carnais*, essa possibilidade é nula, assim como nas *famílias menores*, quanto menor for o grau e o vínculo

---

<sup>8</sup> Todas as categorias locais marcadas foram extraídas das conversas informais com os interlocutores que contribuíram para a realização desse trabalho, como Luiz, Crispe, Gilvania, Maria, Maria José (Avó Maria), Josefa, entre outros.

com o primeiro núcleo, maior as possibilidades da constituição de laços afetivos entre os membros da *família*.

Em perspectiva relacional Bispo (2023) mostra que há as diferenciações acerca de quem é um morador e alguém pertencente, pois no quilombo se compartilha desde que se tenha uma relação de pertencimento com a comunidade de nascimento e com o ambiente como um todo. E quando não temos essa relação com o todo e o pertencimento, são caracterizados como moradores sem um vínculo efetivo e afetivo, quando descolamos desse ambiente com facilidade.

As categorias locais de *família maior*, *família menor* e a *família* expressam que a compreensão do parentesco extrapola o espaço do grupo familiar que reside na mesma casa e a sua consanguinidade imediata, o pertencimento parte não só pela coabitação, mas pela manutenção dessas relações.

Nesse contexto, as regras implícitas acabam orientando a constituição também dos laços conjugais a partir de nossas lógicas próprias, com a restrição de tais vínculos entre *primos-carnais*, essa dinâmica permite o diálogo com a formulação apresentada por Lévi-Strauss (1982), que fundamenta teoricamente o parentesco a partir das relações consanguíneas e suas proibições, compreendendo-o como um fenômeno universal, embora não natural. Para o autor, a proibição do incesto ocupa um lugar singular, ao se apresentar como ponto de passagem entre a ordem biológica e a cultural, reunindo atributos contraditórios dessas duas esferas.

O autor busca fazer a distinção entre ambos, argumentando que a proibição do incesto ocuparia um lugar singular, apontando que “a proibição do incesto apresenta, sem a menor ambiguidade, e indissolivelmente reunidos, os dois caracteres em que reconhecemos os atributos contraditórios de duas ordens exclusivas” (Lévi-Strauss, 1982, p. 47).

Em sua análise, aprofunda que essa proibição deve ser entendida como uma regra que obriga à troca; ao proibir uma determinada união, a sociedade impõe a necessidade de buscar alianças externas. Essa proibição fundiária a reciprocidade, princípio central da vida social e as trocas entre grupos para estabelecer relações duráveis criando redes de solidariedade, para isso o casamento aparece como um ato social coletivo, não apenas uma decisão individual, em que a mulher circularia como um valor simbólico para a constituição de uma sociedade, o autor busca sustentar que a troca matrimonial é comparável a outras formas de troca econômica e linguística pois elas obedeceriam à uma mesma lógica estrutural (Lévi-Strauss, 1982).

Contudo, essa proibição não opera do mesmo modo em Cacimba Nova, a regra se dá na reorganização interna das nossas relações, reafirmando pertencimento com a comunidade. O matrimonial não se orienta para fora do grupo ela serve como manutenção interna de continuidade dele. Embora, no contexto de Cacimba Nova, tais relações se expressem por

algumas regras formais de matrimônio como expressado na composição das *famílias maiores e famílias* e mais por práticas cotidianas de convivência, trabalho conjunto e circulação de pessoas entre casas e famílias.

Em perspectiva crítica Carsten (2004), nos atenta a entender que as relações no âmbito privado, da família e sociedade estão vinculados a casa, ao gênero e as substâncias, demonstrando que os sujeitos acabam criando similaridades entre si ou diferenças, a partir dessas noções em variadas sociedades, a partir do que autora denomina como *relatedness* (o parentesco), para propor um novo tipo de análise sobre essas relações, no qual ele está relacionado diretamente as casas, uma criação do espaço doméstico, já que é por meio dele que se cria relacionamentos, e a produção de corpos socialmente diferentes.

Na comunidade percebe-se que esses laços constituem no interior da esfera doméstica, podemos entender a centralidade da convivência, mas também a circulação entre casas que aproxima essas construções de relacionamentos, aproximando o campo etnográfico de Carsten (2004) podemos compreender que esses processos no compartilhamento de substâncias, que também podemos compreender como tempo e espaços, o parentesco são continuamente produzidos entre as diferentes categorias de famílias.

Diante disso, se pode compreender que o parentesco dentro da comunidade pode ser entendido a partir das redes de relações sociais produzidas na confluência das relações entre consanguinidade, afinidade e convivência que sustentam o pertencimento ao quilombo, como apontado por Woortmann (1977) quando nos mostra que o parentesco serve também como um idioma que nos traduz sobre posse de terra, relação de produção. Assim como as simbologias dos termos, alguns deles como construções culturais para organizar espaços econômicos, de produção e rituais.

É diante desses apontamentos que constituem Cacimba Nova, que a ideia de confluência cunhada por Nego Bispo (2023), revela-se central para compreender a dinâmica das relações que se estabelecem na comunidade. Essa confluência se manifesta, portanto, como um fluxo contínuo de vínculos, de parentesco e trabalho, mas também cultural, que se entrelaçam a partir da própria formação da descendência local. Nesse sentido, o autor afirma que “a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito (...) a confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia” (Bispo, 2023, p. 15). Ao mesmo tempo que se observa o empenho de parte da comunidade em manter seus modos de vida frente às transformações dessas relações, aspecto este aprofundado no capítulo seguinte, com o foco nas dinâmicas laborais, mesmo diante do espaço que hoje ocupa o

território diante dos embates da área de interesse de empreendimentos conforme mostrado no croqui da comunidade.

No caso da comunidade aqui abordada, a confluência age na construção de nossas relações a partir do parentesco e nossas expressões com o nosso território, de modo que ambos não se dissociam um do outro, e isso a partir de um único elemento que conflui entre/e sobre nós: o sangue.

## **2.4 Conclusão do Capítulo:**

A análise sobreposta no capítulo permite compreender que a construção histórica do Quilombo Cacimba Nova se assenta desde sua ocupação, ainda no final do século XIX, por Joana e seus descendentes, e também a chegada de seus laços de afinidade. No qual desde sua constituição a *casa* e sua dimensão territorial, parental e organizativa são elementos que operam mutuamente entre si. A memória, estando longe de um registro linear do passado, revelou-se como campo de produção de narrativas marcadas pela fragmentação e pela pluralidade de versões, sobretudo, no que tange à figura da fundadora Mãe Joana.

As diferentes narrativas sobre sua origem, migrante de engenhos, a mulher que foi “pega no mato”, ou associada a seus traços, se configuram como modos pelos quais a comunidade elabora simbolicamente sua ancestralidade e atribui seus sentidos de pertencimento.

Enquanto a organização social dela, se evidencia na territorialidade expressa uma lógica espacial intimamente ligada a vínculos de relações parental e produtivas, a disposição entre casas em agrupamentos, bem como a própria criação da Associação, por sua vez, se introduz como nova instância de mediação política e de condução da vida organizativa da comunidade, especialmente diante da chegada de empreendimentos eólicos que tentam reconfigurar a paisagem e tensiona as formas de uso da terra.

E no que se refere ao parentesco, a sua descrição se faz a partir das categorias êmicas de famílias maiores, famílias menores e família, mostrando-se como um dos princípios de reprodução da vida na comunidade. Extrapolando ainda, a compreensão de consanguinidade imediata, produzida continuamente pela convivência e pela circulação entre casas e pessoas, a partir de regras implícitas que orientam a constituição de laços afetivos como estratégias para assegurar a continuidade do grupo.

### **3 TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO QUILOMBO**

Os capítulos anteriores demonstraram que a formação do Quilombo Cacimba Nova está ancorada em uma relação indissociável entre território, memória e parentesco. Esses elementos, contudo, não se reproduzem de forma abstrata, mas se materializam nas práticas cotidianas que sustentam a vida social da comunidade. É nesse plano do cotidiano que as mulheres ocupam um lugar central de produção e reprodução das relações de trabalho.

Nesse sentido, esse capítulo analisa como as transformações das relações de trabalho dentro da comunidade, considerando os processos históricos, sociais externos e internos, articulam o trabalho, o corpo, o parentesco e sobretudo o recorte de gênero. Parte-se da compreensão de que o trabalho não se restringe a uma dimensão estritamente econômica aos moldes produtivos daquelas em larga escala, mas que constitui um princípio organizador da vida social, regulando as rotinas, aprendizagens e as formas de habitar no território.

Sendo assim, ele evidencia como tais práticas de trabalho são socialmente construídas desde a infância e perpetuadas ao longo das trajetórias dos moradores, e se reorganizam ao longo do tempo diante das próprias mudanças internas da comunidade como caracterizadas no capítulo anterior.

O qual se compreende que o trabalho ocorre sobretudo por meio das brincadeiras e da participação gradual nas atividades cotidianas nos diferentes espaços. Ao situar tais práticas no campo do debate antropológico mais amplo sobre o trabalho, o capítulo dialoga com diferentes perspectivas sobre a pluralidade dos sentidos atribuídos ao trabalho, sendo eles associados ao prestígio, moralidade, reprodução social e às obrigações coletivas. No contexto do quilombo, tais percepções se dão particularmente na articulação das diferentes articulações, entre a agricultura, produção têxtil e os manejos domésticos e dos quintais que se entrelaçam entre si.

#### **3.1 REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO NA COMUNIDADE:**

O trabalho inicia majoritariamente ainda na infância a partir das brincadeiras, principalmente no âmbito doméstico. Somos socializados a lidar com diferentes interações de trabalho de acordo com o agrupamento familiar, aos homens, coube a socialização para o trabalho com o trato dos animais, ajudar nas roças, mas especificamente ao plantio, e atualmente

também se inserir em atividades ligadas à produção têxtil e por raras vezes em algumas atividades domésticas. E para as mulheres ainda na infância fomos socializadas aos afazeres do trato com a casa, com as ervas medicinais quando jovens, às atividades com o aprendizado da renda renascença, e à costura, principalmente ao estudo.

Já o trabalho direcionado aos adultos depende da dinâmica dos agrupamentos das *famílias menores*, suas atividades são mais intensas, ligadas atualmente à produção de roupas nas *facções de costura* e em determinados períodos somasse a *lida com a terra*. Sua rotina se inicia antes das 6:00h, como no caso da interlocutora Giselia. Suas atividades começam a partir das 4:00h para as 5:00h, por vezes ajuda com o trato de animais quando se tem recém-nascidos, ou para cuidar dos afazeres domésticos, para poder iniciar a rotina com o ofício da renda renascença.

Aquelas que atuam nos *fabricos*, fora do ambiente doméstico, iniciam a partir das 6:00h, com o trabalho com a costura iniciando a partir das 7:30h durante todos os dias da semana, com os horários de finalização do dia dependendo da demanda produtiva, as vezes chegando até as 21:00h. Com exceções daquelas que não precisam se deslocar como Gilvania, que atuam em casa, os sábados também passam a integrar essa rotina.

### 3.1.1 Sobre o trabalho

A constituição do trabalho se dá em diferentes esferas e dimensões dependendo do contexto e dos sistemas organizacionais em que os sujeitos estão inseridos, levando em consideração o ordenamento econômico vigente na sociedade de classes.

Para autoras como Tsing (2015) em seu livro “O cogumelo no fim do mundo” traz apontamentos da relação humana com outros seres, a partir da perspectiva crítica sobre as formas de organização ecológica sob o capitalismo, no qual aponta a sustentabilidade e sobrevivência de formas de vida fora da lógica progressista e produtivista do capital cumulativo, a autora sugere que esse sistema é um arranjo caótico e oportunista, baseadas em uma economia neoclássica moderna focaram em um *homo economicus*.

Kesküla e Marins (2022) apontam a existência de diferentes sistemas e como o conjunto de atividades é visto, no qual o trabalho perpassa por um meio de sobrevivência, em alguns casos, a própria satisfação. Ao longo da história ele se constituiu de forma distinta, em sociedades antigas, poderia ser visto como prestígio, como a Grécia, em religiões puritanas, o caracteriza como a glorificação do indivíduo.

Em “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” de Malinowski (1976), trata do trabalho a partir da crítica do conceito de *homo economicus*, buscando demonstrar que o trabalho não evocava tais princípios. Eles por sua vez, dedicavam seus esforços em lavouras movidos por uma lógica de prestígio social, afirmando que:

O nativo de Trobriand trabalha de maneira irregular, preocupa-se muito em dar remate estético ao preparo e à aparência geral do seu lote de terra; e o trabalho aparece freqüentemente como um fim em si mesmo. É guiado primariamente não pelo desejo de satisfazer suas necessidades vitais, mas sim por um complexo sistema de deveres e obrigações, de forças tradicionais: de crenças mágicas, ambições sociais e vaidade. Enquanto /comem, ele deseja alcançar prestígio social como um bom lavrador e, de maneira geral, como bom trabalhador (MALINOWSKI, 1976, p. 61).

Já em Evans-Pritchard (2013), que buscou descrever os meios de vida do povo nilota, os Nuer, os quais residiam próximos a áreas pantanosas, ainda que seu foco primário fossem as instituições políticas desse povo, ele ressaltou que não podiam ser compreendidas sem considerar o seu ambiente e os meios de subsistência. Tendo sua relação laboral com a criação de animais que se vinculam com sua cultura material, assim como suas funções de trabalho. Cujas divisões do trabalho se dão entre os membros do núcleo familiar, com as mulheres cuidando e ordenando, e aos homens coube o pastoreio.

Kesülo e Marins (2022) apontam que o trabalho em si, em alguns grupos, não parte apenas como um simbolismo do meio de sobrevivência, tal qual demonstram (Malinowski, 1976; Evans-Pritchard, 1940). No contexto da comunidade estudada nessa pesquisa algumas dessas relações se fazem presentes entre o processo de cultivos e a produção da renda renascença.

Nas sociedades contemporâneas o mundo do trabalho passa por diferentes transformações, as principais delas são vistas como a casa e o trabalho, com ambos os espaços mudando e ao mesmo tempo se interrelacionando, assim como o parentesco e o gênero (Kesülo e Marins, 2020). Que se intensificou na segunda metade do século XX, na qual se veem mulheres jovens adentrando os espaços de fábricas, tendo ainda aquelas em contentos rurais, cujas explorações no campo observavam as relações de trabalho igualmente desiguais.

O trabalho no campesinato foi amplamente abordado em estudos de Ellen Woortmann (1976), Klaas Woortmann (1990), que demonstram também esses espaços enquanto modo de vida. Em seu livro “O trabalho da Terra” os autores descrevem como o sítio se configura como um lugar de trabalho e como o próprio resultado dele. Afirmando que:

Um conjunto de espaços articulados entre si, que lhe permite organizar-se como um sistema de insumos e produtos. Esse espaço é o resultado, também, de um processo histórico secular em que o ambiente foi alterado, com a gradativa eliminação da

coberta vegetal original e de todo o ecossistema que lhe era associado (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 26).

Os autores demonstram que o trabalho se articula com o espaço em que estão inseridos, nesse caso dentro da lógica do sítio em sociedades camponesas, sendo ele “o processo de trabalho extensivo é aquele que transforma o mato em terra de trabalho, sob a forma de chão de roça” (Woortmann e Woortmann, 1990, p. 34). A terra nesse sentido é o que atribui o trabalho em comunidades camponesas, em que ela se transforma a partir do próprio trabalho dividido em etapas temporais desenvolvidas a partir dos conhecimentos no sentido da otimização de recursos, que, por sua vez, são escassos.

Em pesquisas sobre a relação laboral em comunidades quilombolas, estudos como o de Santos (2006) demonstram como se estrutura a partir das atividades com a terra no âmbito das relações de parentesco. A lógica de organização do trabalho se forja com base na agricultura, a partir da terra herdada entre suas gerações, levando em consideração as relações matrimoniais. Assim como o próprio processo migratório que esteve presente na realidade vivenciada pela comunidade.

Para o autor, “a comunidade Tapuio durante muitos anos teve que forjar suas alianças, que se caracterizaram pelas relações de trabalho e parentesco, destacando-se o trabalho na roça” (Santos, 2006, p. 173). O autor ressalta ainda que o trabalho com a agricultura é elemento de sobrevivência da comunidade, apesar dos embates dos descendentes com fazendeiros locais que controlavam a política local do município.

Diante dessas reflexões sobre o trabalho, cabe ainda ressaltar que no Quilombo Cacimba Nova, há semelhanças entre esses modos de vida e os elementos que o compõem, tal qual o trabalho. Cabendo ainda destacar que dentro da comunidade, o corpo passa a integrar um meio de constituir ferramentas para o trabalho e com ele, que são desenvolvidas diariamente em suas diferentes dimensões.

### **3.1.2 Sobre o corpo**

Aqui busco descrever diferentes perspectivas sobre o corpo, articulando-as à etnografia realizada em Cacimba Nova, especialmente no que se refere aos modos de trato e trabalho. O corpo, nesse contexto, não é abordado apenas como uma entidade individual, mas como uma dimensão relacional que atravessa o grupo étnico e os organismos que compõem o território.

Partindo das contribuições de Marcel Mauss (2003), demonstra em sua quinta parte do livro “Sociologia e Antropologia” a noção de pessoa não inata, mas historicamente construída nas diferentes civilizações. Propondo substituir tais noções, o autor aponta que essas ideias assumiram sua base nas estruturas religiosas e sociais.

Em alguns povos historicamente mais remotos apontados pelo autor, em primeiro momento, destaca-se que o indivíduo não existiria separado, mas como parte de um drama social, enquanto seus nomes são distribuídos, assim como seus títulos, conforme sua posição dentro daquele grupo. Ter um nome, portanto, significaria carregar ou encarnar o espírito do portador (Mauss, 2003).

Essa noção vai derivando de acordo com cada grupo/povo e contexto histórico. Mauss (2003) observa que em grandes civilizações orientais, a noção de consciência individual, ou ainda da individualidade a partir do nome, ou ainda a própria noção de pessoa aqueles com direitos civis. Tendo sua transição da pessoa jurídica para a moral atribuída à entidade metafísica, com o auxílio do cristianismo, estabelecendo uma unidade entre o corpo, a alma e a consciência, além das noções estabelecidas pela categoria do eu no conhecimento e na psicologia advindas da filosofia de Descartes e Kant, entre outros.

É nesse percurso que o corpo emerge, para Mauss (2003, p. 407), “o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo”.

Essa perspectiva dialoga com as contribuições de Ingold (2008) que desafiam a ideia da tradição ocidental de separação entre sujeito (mente) e o mundo material (os objetos), argumentando que a percepção é uma atividade da mente que acontece de modo exploratório, com circuitos perpassando o cérebro, o corpo e o mundo. O autor propõe que os sentidos corpóreos são parte de uma sinergia que não opera isoladamente, mas sim como ações de um mesmo organismo e ambiente.

Sendo assim, para o autor o corpo não é algo passível, mas sim um sistema dinâmico de percepção e ações. Ingold (2008) compreende, portanto, que a percepção é uma atividade que envolve todo o organismo e seu ambiente, assim como o movimento corporal, sendo ele ainda essencial para a intersubjetividade, e em seu conjunto é visto como agente que participa ativamente com o interior e o exterior.

Enquanto Latour (2008), descreve que ele não deve ser compreendido como essência biológica ou substância, mas como trajetória dinâmica de processos de aprendizagem. Ele é uma interface sensível a partir da mediação de instrumentos, ele é também o local de articulação.

Concentrando-se na descrição da sua função destacando a sensibilidade, como meio que nos permite registrar, destacando que: “independentemente do que acontecesse no mundo, manifestava-se sempre o mesmo sujeito obstinadamente aborrecido. Um sujeito inarticulado é alguém que sente, faz e diz sempre o mesmo, independentemente do que os outros disserem” (Latour, 2008, p. 43).

Judith Butler (2002) destaca a diferenciação analítica do corpo como um instrumento estratégico, não sendo algo inato ou natural, mas que se transforma em matéria através de processos de legitimação. Ela emprega o conceito de corpo abjeto para abordar aqueles que não têm relevância, que não possuem legitimidade política, cujas histórias são apagadas, mesmo que de forma material. Eles são uma força disruptiva que ameaça e possibilita os binarismos, tal qual o gênero.

A autora aponta ainda que os discursos residem nos corpos, pois estão profundamente ligados à sua materialidade e às normas sociais que os moldam. Isso evidencia a presença de diversas outras categorias de exclusão, como raça ou classe, que acabam por “abjetar” os corpos, especialmente aqueles que se afastam da norma heteronormativa (Butler, 2002, p. 165).

Em um estudo sobre vivências estéticas em uma comunidade indígena no bioma amazônico, Els Lagrou (2009) evidencia a forma como se concebe o corpo e sua distinção em relação às demais percepções, fundamentada na noção de que cada indivíduo se relaciona com outros e cria novos seres e objetos. Definindo o corpo como:

Um dos aspectos principais da concepção ameríndia sobre a corporalidade, que concebe o corpo como fabricado pelos pais e pela comunidade e não como uma entidade biológica que cresce automaticamente seguindo uma forma predefinida pela herança genética, ganha deste modo um relevo todo especial (LAGROU, 2009, p. 38).

A partir disso vale ressaltar que o corpo pode ainda ser compreendido pela autora, pois, ambos se mesclam, pensar os artefatos/corpo, já que precisaria da outra para manutenção ou fabricação. Essas percepções nos permitem deslocar a análise para o contexto do campo, em que o corpo se constitui na relação com a terra, de modo articulado com os espaços e organismos que coabitam o território.

Em Cacimba Nova, o corpo não se inscreve como algo abstrato, mas como lugar dotado de sentidos e relações com organismos, trabalho, a terra e os processos técnicos e culturais. Trata-se de corpo relacional, apreendido no cotidiano e também das tencionalidades sobre ele.

### 3.2 A LIDA COM A TERRA

A *lida com a terra* em Cacimba Nova constitui-se como um elemento da organização da vida cotidiana e das relações de trabalho, ainda que não seja a única base de sustentação das famílias. Desde a fundação da comunidade, a produção advinda da agricultura e do trato dos animais se desenvolveu mutuamente orientada pelas condições climáticas do semiárido e seus períodos de estiagem, assim como pelas possibilidades materiais de cada agrupamento familiar.

Assim, o trabalho com a terra não se organiza exclusivamente continuamente ao longo do ano, mas se concentra durante *o tempo de chuvas*, obedecendo às regras da natureza e aos conhecimentos locais sobre o tempo e o solo.

**Figura 6:** Local do plantio antes do *tempo de chuva*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024.

Posterior aos períodos de chuva e aração da terra, antes que o tempo se estie novamente, se inicia de imediato o período de plantio, uma atividade que envolve todos os membros da família. Sempre quase o mesmo tipo de alimentos é produzido na comunidade devido à facilidade de vingarem na região, sendo eles: milho, feijão-corda, abóbora, melancia, algodão e a palma elefante e a normal.

Em alguns casos, como na minha família, não separamos a cova do feijão nem do jerimum, fazemos o plantio na mesma cova. Caso um não dê frutos, sua rama servirá como compostagem para que a outra floresça.

**Figura 7:** Local de plantio pós-*tempo de chuva*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

As imagens demonstram dois tempos distintos: o *tempo de seca* e o *tempo de chuva*, em locais geograficamente ao lado do outro, a transformação visual evidencia não apenas a mudança nos organismos que o compõem, mas sobretudo, a ativação do trabalho familiar no espaço, que se insere e se intensifica à medida que a terra se torna apta para cultivo.

O trabalho com a agricultura, nesse contexto, não pode ser compreendido como uma atividade individual. Trata-se de uma prática que envolve o agrupamento familiar, articulando a casa, na qual seus membros exercem alguma função, ainda que de forma diferenciada. Assim, a produção no roçado se insere em um sistema relacional mais amplo, no qual terra, trabalho e família se constituem mutuamente, conforme apontam (Woortmann, 1990; Santos, 2010; 2021). Vale ainda comparar com os próprios ciclos organizativos em torno dos aspectos produtivos na terra que se constituem articulados.

Em concordância com Ellen Woortmann (1976) em estudo sobre a dinâmica dos espaços articulados no agreste e sertão de Sergipe, tendo a caracterização do sítio como uma categoria analítica, pontuando que a produção camponesa ocupou espaços marginais diante da produção hegemônica. Nesse contexto o sítio é definido como unidades articuladas entre as partes operando a partir da minimização de gastos mantendo a produção de insumos para o grupo doméstico. Sendo assim, a autora define o sítio como:

O termo sítio designa, porém, mais que apenas a parcela camponesa. Em seu sentido mais amplo, sítio pode designar todo um bairro rural de origem camponesa, como no caso de antigas sesmarias doadas a lavradores. Toda a sesmaria era um sítio possuído em comum pelo sesmeiro e seus descendentes. Já a parcela camponesa — seja qual for a situação jurídica de sua apropriação (Woortmann, 1976, p. 175).

Diante disso, pode-se compreender que a produção realizada no contexto do campo, bem como seu modo produtivo, opera de modo similar à composição dos sítios com base na sustentação da família, mesmo que os agrupamentos familiares [*família maior e a menor*]<sup>9</sup> não vivam exclusivamente dela.

A produção na comunidade se desenvolve também com a criação de animais, já que o plantio se volta apenas em períodos específicos, optou-se por estratégia de criação de cabras, com cerca de 11 pessoas da comunidade que lidam com a caprinocultura, enquanto 23 do total de mulheres se atêm também ao cultivo de plantas medicinais em seus quintais, além de que todas exercem o trabalho doméstico, quase que exclusivamente sozinhas.

**Quadro V: Períodos de produção – *Tempo de Chuva***

	<b>Preparo do solo</b>	<b>Plantio</b>	<b>Colheita</b>	<b>Trato com os animais</b>
<b>Janeiro</b>	Limpeza do mato, com enxada. Aração da terra			Aração da terra
<b>Fevereiro</b>		Plantio do milho, feijão, melancia e do jerimum		Animas são trancados, ou locomovidos para espaços mais distantes
<b>Março</b>	Limpar o mato, período de retirado do excesso do mato e transformado em ração			
<b>Abril</b>			Colheita	Início da realocação do animais
<b>Mai</b>			Colheita	Realocação do animais
<b>Junho</b>			Produção de alimentos dos agrupamentos familiares e produção de ração	Final de junho a julho os animais são realocados ou soltos no mesmo local, durante o dia e de <i>tardezinha</i> voltando ao cercado.

Fonte: Pesquisa de campo (2025).

O quadro sistematiza os períodos relativos ao preparo do solo, plantio, colheita e o do trato dos animais ao longo do *tempo de chuva* [que se compreende como o período de inverno], evidenciando a organização do trabalho na terra, de acordo com o calendário climático.

<sup>9</sup> Ver 2.3 página 50

No espaço de roçado, veem-se os ciclos de relações e produções com a terra se entrelaçando a partir de uma troca recíproca, entre tempo de plantio-colheita e de *descanso da terra*, para se iniciar outros ciclos criatórios. Em perspectiva similar, Ellen Woortmann (1976) aponta que:

No modelo de chão de roça essa reciprocidade não ocorre; a roça alimenta o gado com a palha e pode se transformar em pastagem natural, isto é, em capineira, mas o gado não “alimenta” o chão de roça. A relação entre o gado e a roça é de outra natureza — o gado possibilita a aquisição de mais terra que após alguns anos também se tomará pasto. Se num caso temos um circuito lavoura-gado “sincrónico”, noutra temos um processo cíclico no tempo: roça-pasto (gado) — roça-pasto (gado) (Ellen Woortmann, 1976, p. 202).

A organização produtiva se baseia no *tempo de chuva*. Os interlocutores ressaltaram a necessidade de respeitar as etapas de *descanso da terra* como meio de continuar produzindo nela. Em fala Luiz (entrevista de 2025) aponta que a “*terra enfraquece*, se a gente depois que planta, arranca o mato, limpa ele, e tira dali tudo e não deixa *descansar* quando é mais pra frente [referindo-se ao futuro] fica ruim de plantar de novo, num nasce mais direito”.

Não paralelamente a isso, mas como uma extensão das atividades desenvolvidas no espaço do roçado e no trato dos animais, se observa ainda a centralidade dos quintais como espaços produtivos majoritariamente sob a responsabilidade das mulheres. É nesses espaços que se cultivam plantas para diferentes usos cotidianos, assim como os usos e suas restrições, cujo foco é voltado para plantas medicinais utilizadas especialmente nas cozinhas.

A partir das noções locais e plantas que são consideradas *reimosas*, e ainda aquelas que *curam*, construídas no diálogo cotidiano e no acompanhamento de práticas consideradas comuns de cuidado, sobretudo entre nós, mulheres da comunidade, passei a perceber que tais percepções compõem um universo que se inscreve nas cozinhas e nos quintais, mas que extrapola essas dimensões.

Partindo da continuidade da ideia da articulação entre essas configurações espaciais, a pesquisa de Cerqueiro (2017), em um povoado no norte de Minas Gerais, partiu da premissa de que as cozinhas são centrais para a compreensão das relações e seus processos de preparo da comida e administração das casas para construir conhecimentos acerca dos processos fisiológicos do corpo, assim como a cozinha acaba por se constituir como um lugar de circulação da vida.

A autora ainda aponta que a ciência feita pelas mulheres detém os meios para intervirem através dos benzimentos e remédios, porém isso também é ambíguo, pois o mesmo que cura dependendo do manuseio, por vez, pode ser visto como ameaça (Cerqueiro, 2017). Diante disso, perfaz a ideia de que em Cacimba Nova trata-se de um sistema de saberes que articula corpo,

alimentação, plantas e relações parentais, orientando práticas de cuidado que atravessam a vida cotidiana, conforme o Quadro VI:

**Quadro 6.** Plantas relacionadas ao trato e suas restrições

<b>Plantas</b>	<b>Função</b>	<b>Trato</b>	<b>Restrição</b>
Folhas de Boldo	Alívio das dores abdominais	X	
Pedaços de canela moída com leite morno	Alívio de dores de cólica e para ajudar no equilíbrio emocional.	X	
Chá de erva doce	Para ajudar no equilíbrio emocional.	X	
Folha de mamona	Aliviar dores de cabeça e febre. Ou utilizada pelas benzedeiças durante rezas.	X	
Folha de Catingueira	Usada em rezas para mau-olhado/dor de cabeça, entre outros, a depender da quantidade de galhos utilizados. Porém, vai depender do ciclo menstrual caso seja uma mulher rezando ou sendo benzida.	X	X
Folha de Oliva	Utilizado morno no estômago ou na cabeça para alívio de dores. Sua semente também serve para preparação de medicamentos.  Usada comumente em rezas para dores de dente, entre outros, a depender da quantidade de galhos utilizados. Porém, vai depender do ciclo menstrual caso seja uma mulher rezando ou sendo benzida.	X	X
Abacaxi	Dependendo do período, é restrito às mulheres devido ao aumento do fluxo.		X
Casca da Abacaxi	Utilizado na produção de mel e medicações para alívio da tosse.	X	
Sementes da Romã	Usado para preparação de medicações para alívio da tosse, junto da casca da abacaxi.	X	
Chá preto	Aumento do fluxo e alívio de dores.	X	X

Chá de Canela	Aumento do fluxo.	X	X
Hortelã miúdo e leite	Desintoxicação e limpeza do corpo.	X	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2025.

O quadro nos mostra os saberes locais a partir do trato com o corpo a partir dos usos das plantas medicinais, diante das suas funções e restrições. Essas práticas articulam o corpo e a alimentação, mas também os espaços que compõem a extensão da roça dentro do ambiente doméstico, orientado pelo que pode ou não ser consumido e manipulado. Vó Maria, uma das interlocutoras, frisou a importância dos cuidados que se devem ter em determinados períodos e do respeito que se deve ter em resguardar, principalmente para as mulheres:

“Se a gente não cumpre as regras, não faz os remédio a gente fica mais doente sem eles, mas também deve usar com cuidado pra não piorar...porque o sangue é o primeiro que mata o corpo, se não tiver cuidado quando tá doente, seja de doença ou da família mesmo, é o primeiro que acaba com a gente que é mulher, a gente carrega no corpo tudo que é ruim e deixa a gente com mal-estar. Mas ele também é sinal de saúde pra gente [referindo-se aos períodos menstruais]” (Vó Maria, 2025).

Essas práticas revelam formas específicas de relações com as plantas e com o ato de cuidar. Interlocutoras como Maria José, Maria, Gilvania, Vó Maria e Josefa afirmam que o manejo das plantas medicinais exige o uso das mãos, evitando ferramentas, diferentemente do trabalho realizado nos roçados. Como sintetiza uma das interlocutoras: “O cuidado tem que ser maior, né, do que o jeito que fazemos no roçado pra plantar, porque essas daqui [segurando um ramo de hortelã] vão servir pra curar” (Josefa, conversa de 2025). O gesto e o manejo do corpo nesse contexto carregam uma intencionalidade distinta, na qual o modo de tocar, plantar e colher participa diretamente da eficácia do cuidado.

A própria alimentação também ganha uma dimensão materializada no campo espiritual e de trato com o corpo, segundo Bispo (2023), a comida não é apenas comida, ela também se materializa no campo espiritual, mesmo os que não são produzidos por nós, o que é comprado passa a incorporar uma nova dimensão simbólica.

Os fazeres que transmitem entre quintais e cozinhas se constituem de forma articulada de saberes, organismos e materialidades implicados nos processos de preparo dos alimentos e dos remédios caseiros no interior do quilombo. Esses espaços configuram-se como núcleos centrais do cuidado, onde se cruzam plantas, alimentos e pessoas, produzindo relações que são simultaneamente práticas simbólicas. Sendo esses espaços de articulação como estrutura organizativa, segundo Ellen Woortmann (1976, p. 175), “sítio poderia ser analisado do ponto

de vista da articulação entre os domínios da casa-quintal e da roça-pasto, os dois primeiros femininos e os dois últimos masculinos (no plano ideológico)”.

Nos espaços de trato, onde se cuida, se prepara e se orienta sobre aquilo que é permitido ou restrito ao corpo dos membros da casa, se evidenciam distintas formas de relação com os organismos e com o ambiente. Tais relações remetem ao que Ana Tsing (2022) descreve ao apontar que pessoas, ambientes e espécies se constituem mutuamente, em processos contínuos de relações. Assim, o cuidado observado nas cozinhas e quintais do Quilombo não se limita a uma prática funcional, mas expressa uma ética relacional que articula organismos nas práticas de cuidado cotidiano.

Diante disso, cabe ressaltar os apontamentos feitos por Bispo (2023), quando retrata que há espaços específicos dentro de comunidades quilombolas para se construir relações e de integração da vida entre compartilhantes, uma dessas formas se manifesta a partir da cozinha e dos quintais, sendo eles os locais de aprendizado e também das brincadeiras de criança, e é nos quintais onde serão construídas novas casas para as futuras gerações.

Desse modo, a lida com a terra na comunidade não se restringe ao cultivo, criação de animais, ela envolve um conjunto de práticas que se articulam entre si, casa-quintal, casa-roçado, roçando-o cercado dos animais. Essas atividades evidenciam formas específicas de organização do trabalho, marcadas pela divisão também sexual, na qual se configuram as mulheres na centralidade dos espaços de cuidado, mas também na adaptação das relações dos moradores com as condições ambientais e sociais presentes no território. Ao mesmo tempo, tais práticas coexistem com outras formas de trabalho que ganharam relevância ao longo do tempo, abrangendo novas formas de relações produtivas na comunidade, mais especificamente para as mulheres.

### 3.2 O ATO DE APRENDER NAS RELAÇÕES DE PARENTESCO:

Alguns estudos sobre os processos de aprendizagem apontam uma ruptura com as visões tradicionais propondo que se deve compreender como um processo social, relacional e situado, como mostra Jean Lave (2015), que traz a perspectiva crítica sobre os modelos cognitivos de tradições ortodoxas, em que a aprendizagem advém de aquisições passivas de cultura e socialização dos sujeitos, focadas na transmissão de um conhecimento a partir de processos educacionais institucionalizados. A autora busca assim argumentar que as visões que separam corpo e mente não consideram que o conhecimento depende da fusão de ambos com a prática e o contexto.

A autora mostra que se deve pontuar “os estudos da aprendizagem na prática para perguntar como as práticas as moldam e são elas moldadas nos múltiplos contextos da vida cotidiana, e como a participação muda na prática através dos contextos” (Lave, 2015, p. 43). Para compreender a própria teoria da prática, nos moldes da aprendizagem, e seus processos de condução cotidiano, introduzindo a ideia de “aprender na prática”.

Já Ingold (2010), em perspectiva similar, discute como os processos de transmissão se dão entre os seres, propondo que o conhecimento se constitui entre os processos de desenvolvimento de habilidades (*skill*), que se desenvolve por sua vez, na prática. A “sua premissa básica é que a cognoscibilidade humana está baseada não em alguma combinação de capacidades inatas e competências adquiridas, mas em habilidade [skill]” (Ingold, 2010, p. 18).

O qual se evolve em uma redescoberta orientada entre diferentes gerações, onde cada um encontra seu próprio conhecimento, ressaltando que:

“O conhecer, então, não reside nas relações entre estruturas no mundo e estruturas na mente, mas é imanente à vida e consciência do conhecedor, pois desabrocha dentro do campo de prática – a *taskscape* – estabelecido através de sua presença enquanto ser no-mundo” (INGOLD, 2010, p. 21).

Sendo assim, se compreende que os processos de aprendizagem ocorrem através de uma educação da atenção, na qual ele não absorve, mas que sensibiliza o seu tato e sistema perceptivo de modo articulado com o corpo e seus receptores, captando os aspectos específicos do ambiente em que está inserido (Ingold, 2010; 2008).

Diante desses apontamentos acerca dos processos de aprendizagem no campo antropológico, cabe considerar os aspectos presentes no contexto do campo desta pesquisa com ênfase nos ofícios da produção têxtil. Diante dos vários contextos de trabalho presentes em Cacimba Nova, vale ressaltar duas dinâmicas de trabalho para além daquelas desenvolvidas com base na terra.

A primeira delas é o processo de aprendizagem com a produção de renda renascença que se insere entre as mulheres da comunidade, em sua maioria se dá ainda na infância. Como o caso das interlocutoras: Tia Rosa, Giselia, Maria José, Maria, Josefa e Vó Maria. Em similaridade ocorre o mesmo processo com a renda de bilros no Ceará apontada por Brussi (2015), o qual se inicia com as brincadeiras e a coordenação dos gestos e o aprendizado dos pontos básicos. Quando aprendido, esse processo marca uma rutura entre o ato de brincar e o ato enquanto uma atividade séria, a partir das necessidades de melhoria da renda econômica da família.

Na produção da renda renascença ocorre o mesmo processo: as mães, tias ou avós ensinam suas filhas a partir das brincadeiras de fazer renda. Inicialmente com um travesseiro menor e uma agulha maior, com linhas de menor qualidade. Como no caso de Julieta, que estava ensinando a sua neta de 10 anos como fazer seus primeiros prontos.

A criança colocava sobre seu colo um travesseiro pequeno, com uma estrutura do *risco* improvisada, feita diretamente no tecido do travesseiro. Sentada no sofá, enquanto sua avó continuava com seu ofício, ao chão da sala, com suas costas recostadas ao sofá, enquanto seu esposo, Antônio, conversava comigo sobre a produção de milho, eu tinha sido fraca do ano anterior. Enquanto a menina observava atentamente os gestos hábeis da sua avó, que carrega em seu colo um travesseiro maior, quase completo com vários pontos, enquanto o fazia, ouvia-se um pequeno estalo da linha de forma repetitiva. A menina por vezes tentava reproduzir tais movimentos, porém sem sucesso, por vezes ou outras avó fazia pausas e lhe explicava o movimento que era necessário para si reproduzir um ponto básico. Às vezes impaciente, a menina levantava-se e deixava o travesseiro do lado e retomava ao longo do dia.

Esse retrato demonstra como ocorre o processo de aprendizado ainda na infância para as mulheres da comunidade, ainda que nem todas continuem com a reprodução da renda, majoritariamente as mulheres conseguem reproduzir os pontos mesmo que eu ainda de forma básica. E quando passam a ser jovens, a atividade se inicia de forma mais séria, com o intuito de terem acesso a uma renda econômica.

Assim como ocorreu com Rosa (entrevista de 2025), “eu aprendi pra ajudar em casa, pra ajudar a criar meus irmãos aí depois tomei gosto, hoje não tenho nem vontade mais de parar”. Maria relata que iniciou sua aprendizagem com a renda a partir do gosto estético que sentia ao ver as demais produzindo:

“Eu achava bonito sabe, quando elas começava a fazer e estralava a linha e as mãos delas eram tão ligeiras, eu gostava de ficar vendo, ai disso comecei a tentar também, eu comecei sozinha, ai depois comecei a copiar enquanto as outras mais velhas faziam, eu aprendi assim, olhando e tentando fazer igual” (Maria, entrevista de 2025).

A aprendizagem nesse contexto dialoga com os apontamentos de Lave (2015), os quais as vias do conhecimento se dão também em contextos práticos de engajamento cotidiano, nos quais são contínuos entre os sujeitos. Cabe aqui retomar a ideia de que esse ato ocorre também entre os processos práticos e de engajamentos, destacando algumas perspectivas de Ingold (2010; 2008), que nos mostra como o *skill*, as habilidades, são capacidades inatas e adquiridas a partir dos movimentos corporais praticantes, à medida que ele mobiliza as suas percepções sensoriais. No caso da comunidade retratada, ela se dá no âmbito das relações familiares, sendo

elas no que compreende *família maior* e *família menor*, que foi aprofundado analiticamente como se constituem essas relações (Elisbão, 2023; 2025).

Vó Maria (conversa, 2024) apontou que esses primeiros contatos com a renda vieram da família, “eu aprendi com minha vó, que também era minha mãe, os primeiros pontos. É difícil aprender com quem não é de casa, quem não é do sangue. Aprendi com ela e depois tentei ensinar, mas não tinha paciência e nem gostava muito de fazer”.

Um outro processo de aprendizagem inserida no quilombo, que advém da produção têxtil, se dá no âmbito das *facções de costura*. O qual se inseriu há menos de uma década e vem ocupando um espaço significativo configurando novas formas de se relacionar e das estruturas das próprias casas. Seu processo diferentemente da primeira produção ressaltada, ela ocorre para além do âmbito do ambiente doméstico, ele pode se dar em outras escalas das relações para além do parentesco, e por ser um advento relativamente novo na comunidade, não se deu majoritariamente na infância o manuseio de máquinas, mas ainda assim, lhe são atribuídas funções em alguma escala.

Essa aprendizagem pode ocorrer entre membros da *família*, porém em sua grande parte advém do contexto de migração dos moradores para centros urbanos, e ainda há aqueles que aprenderam a partir da busca de uma sustentação para o núcleo familiar que continuou na comunidade. Algumas das mulheres que atuam nesse ofício retratam que iniciaram já jovens ou jovens adultas, com pessoas próximas, quando saíram da comunidade para locais próximos aos polos de confecção, diferentemente da produção com a renda renascença, a produção com as máquinas de costura, elas não são uma atividade exclusivamente exercida pelas mulheres, ainda que sua maioria a produzam, ela integra também homens.

O percurso no engajamento dessa atividade ocorreu, inicialmente, com as etapas produtivas voltadas à finalização da peça, *tirar ponta de linha*, que consiste em organizar a peça da roupa já pronta, além de dobrar e embalar para a venda. Essa atividade atualmente é voltada para os mais jovens e crianças. E posteriormente, vai passando por tentativas de utilizar a máquina de costura *reta*, com peças que não serão para comercialização, são utilizadas as sobras para as tentativas de aprendizagem. Quando aprendidos, iniciam a trabalhar diretamente com a costura em si, não mais com as demais etapas.

Algumas interlocutoras, como o caso de Gilvania, aprenderam já aos 40 anos, dentro da comunidade, após aprender a utilizar a máquina e posteriormente comprar a sua, passaram a tentar avançar para a máquina overlock, que é um segundo tipo utilizado para aquelas que já têm alguma experiência. Relatou que só começou a adentrar de fato nessa atividade quando já tinha *pegado a prática* que consistia em processos técnicos de movimentos repetitivos durante

um certo tempo no manuseio da máquina, tinha aprendido totalmente e comprou seu instrumento para produzir em casa.

Em estudo, Mauss (2003) retrata que tais processos técnicos, o *habitus* é um fator essencial que varia de uma sociedade para outra, tais como o ambiente, educação, entre outros. Cabendo inserir ainda, dialogando com o campo, os movimentos corpóreos e seus processos técnicos aprendidos para utilização em detrimento de instrumentos e ferramentas. Portanto, se faz necessário observar o *habitus*, assim como os meios pelos quais o indivíduo assimila os movimentos, bem como suas técnicas individuais e suas repetições (ibidem, 2003).

O ato de aprender em seus diferentes ofícios, em Cacimba Nova, se dá ainda na infância e é aperfeiçoado a partir de diferentes gerações, assim como o molde pelo qual nos são ensinados, com as interações no âmbito do espaço doméstico a partir da proximidade parental. Assim como a linguagem própria de cada processo. No qual vale ressaltar que não busco descrever tais vínculos, como espaços menores, mas também como parte de conflitos e contradições internas.

### 3.4 A LIDA COM A PRODUÇÃO TÊXTIL

As atividades historicamente restritas aos espaços da casa, sobretudo no âmbito do trabalho envolvendo as mulheres, passaram a se inserir em novos contextos produtivos, acompanhadas de transformações nas relações sociais e culturais da comunidade. Entre essas mudanças, a produção da renda renascença destaca-se, segundo as interlocutoras, como um dos principais vetores de reorganização do trabalho em Cacimba Nova.

Além dessas concepções de atividades realizadas exclusivamente pelas mulheres que envolvem outros organismos, até meados do século XX, o trabalho com panelas de barro era uma prática comum, como relatado por Rosa<sup>10</sup>. Ela relata que se dedicava a essa tarefa até a chegada da produção com a Renda Renascença na comunidade, ainda nos anos 70 a 80, “eu aprendi com Angélica, depois saí ensinando a algumas mulheres daqui a fazerem também, na época eu era bem mocinha, comecei para ajudar a criar meus irmãos mais novos e depois ensinei as minhas irmãs e as minhas filhas, ai depois veio as netas” Rosa (conversa de 2024). Posteriormente, as mulheres da comunidade se envolveram com outros tipos de produção têxtil, que atualmente abrangem quase metade da população e são perpetuados de uma geração para outra no campo das relações familiares.

---

<sup>10</sup> (Conversa, 2024).

A introdução dessa atividade marcou um ponto de inflexão nas formas de produção e de geração de renda, especialmente entre as mulheres, já que essa é uma atividade até então considerada "feminina". A sua inserção na comunidade se deu com a migração de algumas mulheres jovens, que foram trabalhar como empregadas domésticas em Poção e retornaram disseminando a atividade entre as demais.

Esse deslocamento, tanto territorial quanto laboral, contribuiu para a reconfiguração das experiências de trabalho das mulheres na comunidade, dando-lhes, inicialmente, autonomia financeira para contribuir para a sustentação de seus lares (Elisbão, 2023; 2025). Nesse contexto, os espaços de trabalho são progressivamente redefinidos, de modo que as fronteiras entre a casa e os espaços de produção têxtil (os *fábricas*) se tornam mais porosas, articulando-se em novas escalas e arranjos produtivos (Haraway, 1985).

A produção têxtil em larga escala se expandiu inicialmente no Agreste de Pernambuco, a partir de 1940, encontrando um campo fértil de produção com a crise na produção agrícola na região naquele contexto histórico, se expandindo para as zonas rurais do Cariri Paraibano conforme apontam (Neves, 2019, p.16):

Essas feiras efetivaram-se, sobretudo nos anos de 1970 e 1980 em Santa Cruz do Capibaribe e Caruru, respectivamente, e em Toritama na década de 1990. Note-se que esse período marca o declínio da indústria do couro - que nesse momento aumentava de custo - tornando a matéria-prima ainda menos acessível a ponto de migrar para a produção emergente: a costura.

Na atualidade o polo se configura como:

A composição das unidades produtivas do Polo é majoritariamente familiar. Essas unidades – quer se configurem como fábricas, fabricos ou facções – são, de modo geral, constituídas por pessoas muito próximas que não obstante vão montando seu próprio negócio, posteriormente, começam a “contratar” familiares para ingressar em sua unidade (Neves, 2019, p. 25).

Esses rearranjos manifestam-se de forma particular no campo da produção têxtil na comunidade. Se, em um primeiro momento, muitos moradores migravam para trabalhar, principalmente em Santa Cruz, nos *fabricos* de costura, como estratégia para garantir a manutenção de seus lares em Cacimba Nova, observa-se, especialmente a partir do período da pandemia, a intensificação dessa produção no interior das próprias casas do quilombo.

Apesar da intensificação laboral com a inserção da costura no território, o trabalho com a terra não desaparece. No *tempo de chuvas*, parte dos moradores ainda se dedica à atividade do plantio, tendo aqueles que trabalham em fazendas próximas. Assim, não se trata de uma substituição absoluta de uma atividade pela outra, mas da coexistência entre dois regimes que se intensificam ou se retraem conforme as condições climáticas e econômicas da comunidade.

Esse deslocamento do trabalho para o espaço doméstico redefine as fronteiras entre casa e produção, reconfigurando o cotidiano da comunidade. Em contexto analítico semelhante, Woortmann (1990) propõe a diferenciação entre sitiantes “fortes” e “fracos”, evidenciando como o acesso à terra, a mobilidade e a capacidade de diversificação econômica produzem desigualdades internas, ao mesmo tempo em que reafirma a centralidade na terra como referência material. Essa chave interpretativa permite compreender a produção têxtil, em sua fase inicial, como parte de uma estratégia de reprodução social na qual os moradores se deslocavam para trabalhar fora da comunidade, enquanto as mulheres e demais familiares permaneciam no território, assegurando a continuidade da unidade familiar e permanência na terra.

A produção têxtil, historicamente associada às mulheres, nesse cenário se modifica com a expansão da produção, impulsionando a inserção de homens no trabalho com os *fabricos de costura*, à medida que o ciclo de produção com a terra diminui, diante do contexto dos períodos de seca (Milanês, 2015; Farias, 2017). Vale destacar ainda que, apesar de que o público voltado a essa atividade tenha se diversificado, ele ainda continua sendo uma atividade exercida majoritariamente por mulheres no contexto do campo.

Ressalto ainda o próprio estranhamento diante dessas novas inserções de instrumentos no interior das casas, revelando a transformação das salas em espaços quase que *fabricos*, reconfigurada pela presença das máquinas de costura. Esse novo cenário altera a organização doméstica e introduz outras temporalidades e ritmos no cotidiano. No caso de Gilvania, a cena se desenrola com ela sentada em uma cadeira, com um travesseiro apoiado nas costas, mantendo seu corpo levemente curvado, atenta a cada movimento imposto à máquina.

Suas mãos repousando sobre a mesa de suporte, segurando o tecido azul próximo à agulha, enquanto os pés, apoiados ao pedal, acionam o mecanismo que impulsiona a costura. Os movimentos são repetitivos, quase que mecânicos, acompanhando o deslizamento contínuo do pano sob a agulha. Ao final, o tecido costurado escorre e cai no chão, marcando o encerramento momentâneo de mais uma sequência de trabalho, e o barulho da máquina se silencia.

Diante desse cenário, a presença das máquinas reorganiza materialmente a estrutura do espaço doméstico. Em alguns casos, a sala, antes destinada às visitas ou à produção com a renda, passa a abrigar máquinas de costura e pilhas de tecidos. Reconfigura-se também o molde pelo qual o corpo se faz diante do uso do instrumento.

A descrição do corpo em ação evidencia como a inserção da costura no espaço doméstico não se limita a uma mudança material, mas produz novas formas de engajamento

corporal e de aprendizagem no campo familiar, reorganizando gestos, posturas e tempos de trabalho no interior da casa.

Ainda sobre a reflexão acerca das posturas corporais no ato do seu uso mesclado a ferramentas, podemos relacionar ao que foi apontado por Marcel Mauss (2003) quando demonstra que as técnicas corpóreas são aprendidas de acordo com o sexo, idade, rendimento, modos de transmissão. Me atenho aqui ao último, o qual funcionaria quase como um adestramento, segundo o autor:

O ensino das técnicas sendo essencial, podemos classificá-las em relação à natureza dessa educação e desse adestramento. E eis aqui um novo campo de estudos: incontáveis detalhes inobservados, e cuja observação deve ser feita, compõem a educação física de todas as idades e dos dois sexos. A educação da criança é repleta daquilo que chamam detalhes, mas que são essenciais (MAUSS, 2003, p. 411).

Podemos compreender que os processos de treinamento, ou imitação a partir do modo pelo qual se utiliza o corpo como parte da adaptação do corpo, as ferramentas utilizadas em seu ofício. Nesse sentido, a formulação de Marcel Mauss (2003) para quem as técnicas não são apenas instrumentos, mas técnicas do corpo socialmente aprendidas. As posturas, os gestos repetitivos, mas também os sentidos (idem, 2003; Ingold, 2008) são parte do controle dos movimentos e da maturação do uso das máquinas e constituem formas específicas de habitar dentro dessa nova configuração do espaço. Entendendo que o corpo está costurando, ele não é apenas um corpo individual, mas um que está socialmente treinado.

Diante disso, cabe ressaltar a partir dessas observações que a atuação com a produção têxtil em Cacimba Nova não se restringe à introdução de novos instrumentos, mas à reorganização dos espaços domésticos e modos de aprender. Conforme discute o item 3.3, o aprendizado dos ofícios.

O corpo na produção também se compreende diante do contexto descrito, aos moldes também do não-humano, nessa realidade, a máquina e seus demais elementos que constituem seu funcionamento, entendendo-a também como um ator (Butler, 2002; Haraway, 1985; Latour, 2008). Diante disso, cabe apontar que no contexto dessa pesquisa, as relações entre o corpo e a produção, bem como seus processos técnicos apreendidos, simultaneamente se misturam e dialogam entre si.

Haraway (1985) nos ajuda a refletir que o trabalho passa por uma reestruturação, em que a casa e o mercado se integram em uma nova escala, que afeta tanto homens quanto mulheres, com a substituição do trabalho tradicional pelo automatizado. A casa deixa de ser o espaço de refúgio que se separa da esfera pública, ela se torna o que a autora nomeia de circuito integrado, com a economia global. A casa torna-se, portanto, um novo local de trabalho

remunerado, diante da inserção de setores eletrônicos. No caso de Cacimba Nova, com a inserção de maquinários para a produção têxtil.

As quais elas não são apenas ferramentas externas, elas se tornam elementos da própria identidade das relações, nas quais a distinção entre o organismo, corpo, mente e instrumento se mantém entrelaçada (Haraway, 1985). Para além disso, as mudanças nessas estruturas vão além dessas noções integrando também a forma de circulação econômica presente no Quilombo.

Em que representa uma nova forma de sustentação familiar, enquanto a produção da renda se concentrava em longos períodos produtivos para 1 peça, apesar da sua alta valorização, o rendimento para as rendeiras que confeccionam a peça não se equipara ao valor captado pelo atravessador, porém quem faz a venda são as rendeiras.

Enquanto na costura se vê também como uma alternativa a isso, que se mantém como um trabalho fragmentado em que cada pessoa faz uma parte da peça, em que as peças são enviadas através de um mediador. A circulação da produção se dá por meio de intermediários que fazem as entregas e as recolhem semanalmente as peças prontas nos *fabricos* ou nas casas das costureiras. O próprio dono dela fornece o tecido já cortado, como no caso relatado por Gilvania (Conversa de 2025), “eu só recebo as peças e o valor delas que outra pessoa me repassa, tudo já vem cortado e pago já em casa, aí passo o dia todo aqui [pausa para suspiro longo] em cima da máquina”.

O pagamento é realizado conforme a quantidade produzida por cada costureira e não pelo valor final da peça que será vendida nas feiras. Geralmente já se tem uma quantidade de peças estabelecida para cada costureira. Cada etapa da confecção das peças se dá de forma fragmentada, a depender do tipo da vestimenta. O valor recebido é utilizado para manutenção mensal dos gastos domésticos e utilizado também para compra de insumos para a criação dos animais. Vê-se que as mediações e as formas de produção nessa atividade são distintas do ofício com a renda renascença e da produção com a terra.

### **3.5 Conclusão do Capítulo:**

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permite compreender as transformações das relações de trabalho existentes em Cacimba Nova, não significando uma ruptura entre si, mas uma rearticulação contínua entre território, parentesco, gênero e os modos de aprender. O trabalho está longe de se restringir a uma dimensão puramente econômica, em alguns casos, ele

configura-se também como princípio organizador da vida social da comunidade, estruturado em temporalidades.

A relação do trabalho com a terra, se observou que ela permanece como uma referência material e simbólica da reprodução social, ainda que essa atividade não constitua a única base de sustento das famílias, ela se configura como um meio de consumo do que foi produzido. A organização produtiva se orienta pelo *tempo de chuva* e pelo tempo de seca, a partir dos períodos de descanso da terra, articulados entre o roçado, a criação de animais e os quintais das casas, ambos conectados entre si.

Compreendendo que a terra não é só aquele situado enquanto recurso, mas como espaço de ativação do trabalho familiar, em que a casa, o roçado, o cercado dos animais, e o quintal se integram em ciclos que envolvem diferentes membros do grupo doméstico. Assim, essa produção coexiste com outras atividades.

Os processos de aprendizagem que perpassam os ofícios, que por sua vez são processos realizados no interior das relações de parentesco e nos espaços da *casa*. O ato de aprender se situa na observação, imitações e repetições, bem como no desenvolvimento das habilidades inatas dos sujeitos mediante o contexto ambiental, social e econômico em que estão inseridos.

Tanto na renda renascença quanto na costura nos *fabricos de costura*, nos quais o corpo, as percepções sensoriais e os engajamentos práticos se articulam, à medida que há um engajamento corporal com os instrumentos e, conseqüentemente, com os *mais velhos*. Desse modo, a aprendizagem no interior da comunidade se constitui como uma dimensão também da reprodução do grupo, assegurando a perpetuação dos ofícios.

Portanto, se percebem as reconfigurações dos espaços e das temporalidades do trabalho. Com a introdução da renda renascença e, posteriormente, das *facções de costura*, que redefiniu as fronteiras da casa. Assim, as transformações não significam a substituição de um modo por outro, mas marcam a coexistência de múltiplas formas de trabalho que se articulam em escalas produtivas e econômicas distintas. O trabalho, em Cacimba Nova, parte, portanto, da ideia de uma prática moral, técnica e parental, por meio da qual se produzem não apenas objetos materiais, mas também se constituem mutuamente.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Esse trabalho teve como objetivo compreender como o Quilombo Cacimba Nova se constituiu a partir de elementos como a memória, as relações de parentesco e as de trabalho. Ao longo da pesquisa, demonstrou-se que essas dimensões não são esferas separadas da vida social da comunidade, mas imbricam-se na organização cotidiana dela, estruturando formas de pertencimento, de ocupação do território e de reprodução da vida material.

O território revela-se como uma estrutura histórica e cultural que se reproduz na memória dos mais velhos, nas práticas laborais que se transformam e que se reconfiguram com os espaços da casa, dos quintais e das roças. Nesse processo emergiu a figura de Joana Batista (Mãe Joana) como a fundadora da comunidade, cuja trajetória mantinha diferentes narrativas para se tratar da mesma pessoa. A qual sua saída dos engenhos da cana-de-açúcar na zona da Mata Pernambucana ocorreu ainda no final do século XIX, com sua chegada ao atual território ocupado pelo quilombo, com seus descendentes no mesmo período, apesar dos fluxos migratórios para garantirem a permanência do agrupamento familiar, as mulheres foram aquelas que continuaram na terra.

As relações de afinidade influenciaram também aqueles que adentraram na comunidade após sua chegada, a qual contribuiu para o povoamento no território, o que refletiu diretamente na forma de organização social do quilombo, das casas, dos quintais e dos roçados, configurando uma lógica que se orienta pelos vínculos de parentesco. A proximidade entre moradias de irmãos, pais e filhos, a circulação entre casas. As categorias êmicas de *famílias maiores* e *famílias menores* demonstram que sua estrutura se baseia na manutenção de laços, ainda que de graus distintos. O parentesco opera como meio organizador também das atividades laborais, que serve como meio de identificar aqueles que pertencem ou não ao grupo, como já mostraram alguns estudos sobre famílias camponesas (Woortmann, 1995).

As relações laborais em Cacimba Nova se caracterizam como um elemento significativo desse trabalho. Mesmo com suas transformações, o trabalho com a terra persiste, à medida que se articula com as demais produções, como as têxteis. O roçado se organiza a partir das temporalidades em ciclos, permanecendo como elemento importante para as famílias, mesmo aquelas que exercem outras funções. Enquanto os quintais para aquelas que não têm um espaço de roça, majoritariamente conduzidos pelas mulheres, se configuram como um lugar estratégico para o cultivo das plantas medicinais que integram as práticas de trato entre si. Nessa dinâmica, a terra não é apenas um meio produtivo, ela se reconfigura como elemento constitutivo que conecta os sujeitos com os demais organismos que se situam nela.

Ao mesmo tempo que a inserção da produção têxtil no contexto da comunidade, seja a renda renascença, ou nas *facções de costura*, revela uma ampliação dos circuitos econômicos da comunidade, sem romper com a anterior. A casa se transforma nesse processo, ela se torna um novo espaço produtivo, reorganizando tempos e o ambiente, mas mantém o trabalho inscrito nos laços de parentesco. Como o processo de aprendizagem que ocorre na prática cotidiana, por meios da repetição de movimentos e da observação atenta, processo que remete às técnicas corporais que são culturalmente aprendidas (Mauss, 2003). Compreendendo que esse corpo que planta é também aquele que se sobrepõe à máquina de costura, resultando de um processo relacional entre atividades, compondo o mesmo horizonte de reprodução de um grupo.

O desdobramento desse trabalho foi fundamental para entender como as transformações das relações no interior da comunidade se deram a partir da junção da vida laboral que se vinculou à sua formação social, contribuindo para solucionar a incógnita sobre sua constituição histórica que até então permanecia pouco sistematizada. Assim como elementos que aparentavam algo comum, como inserção de novos circuitos produtivos com as *facções de costura*, ou ainda as relações de parentesco em Cacimba Nova. Ficando em aberto para pesquisas futuras como essas mudanças dialogam com o impacto econômico no contexto da pesquisa, aprofundando como os espaços das casas se transformam e se redefinem rompendo as fronteiras entre o trabalho doméstico e aquele remunerado a partir de uma nova lógica de produção, possibilitando a ampliação da análise bem como seu aprofundamento para outras comunidades negras rurais do Estado.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Josiel Ventura. Os impactos socioculturais da operação das energias renováveis em duas comunidades quilombolas na Paraíba. 2023. 110f. (Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia), Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande - Campus Sumé - Paraíba, 2023. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/33941>. Acesso em 10 de setembro de 2025.

ARRUTI, J. M. Quilombos. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. [org. Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

BISPO, Antonio dos Santos. **A terra dar, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, ISBN 978 85 71261051. 2023.

BATISTA, Francisco de Assis. Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950). 2010. 256f. (Tese de Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2010. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/2029>. Acesso em: 14 jan. de 2026

BARTH, Frederik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Fredrik Barth. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra C'P' Livraria. 2000.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, p. 41-79, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sqrVzP6vcvNqvzr4frCnKnC/?format=pdf&lang=pt#page=4.05>

BRASIL.1850.[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm). Acesso em: 12 de jan. 2026.

BRASIL. 1850. Lei de terras. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm). Acesso em 05 de dezembro de 2025.

BRASIL. 1871. Lei do ventre livre. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm). Acesso em: 13 de fev. de 2026.

BRASIL. 1934. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 16 de fev. de 2026.

BRASIL. LEI Nº 581, DE 4 DE SETEMBRO DE 1850. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm). Acesso em: 08 de dezembro de 2025.

CARSTEN, Janet. A Matéria do Parentesco. **Revista de Antropologia da UFSCar**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 103–118, 2014. DOI: 10.52426/rau.v6i2.125. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/125>. Acesso em: 16 set. 2025

CERQUEIRA, Ana Carneiro. “Mulher é trem ruim”: a “cozinha” e o “sistema” em um povoado norte-mineiro. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 707-731, agosto 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mTGJfHb9yfvqbs4FYXsPx5G/?lang=pt>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2026.

ELISBÃO, Edneide. Mãos que tecem: uma etnografia da produção de renda renascença em uma comunidade quilombola do Cariri Paraibano. Sumé-PB, 2023. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba - Brasil. 2023. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/33946>. Acesso em: 14 de maio de 2025

ELISBÃO, Edneide. Tecendo Identidades: uma etnografia da produção de renascença com mulheres quilombolas. GT 143: Os riscos da agulha: usos e efeitos das criações têxteis. In: **XV Reunião de Antropologia do Mercosul**. ISBN nº 978-65-982138-6-2. Bahia, 2025. Disponível em: [https://www.ram2025.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/lista?simposio=184\\_php2qo\\_top](https://www.ram2025.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/lista?simposio=184_php2qo_top). Acesso em: 10 de fev. de 2026.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Editora Perspectiva. 1940.

FARIAS, Josefa Denise de. A atividade de confecções no cariri paraibano: percepções de mudanças. Josefa Denise de Farias,-Campina Grande - PB, 2017. 110 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/250088510>. Acesso em: 14 de setembro de 2025.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX**. In: HARAWAY, Donna.; KUNZRU, Hari.; TADEU, Tomaz (orgs). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

\_\_\_\_\_. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 28. Jan de 2026.

Garcia Jr, A. Herédia, B. Garcia, M.F. 1978. “Campesinato e *plantation* no Nordeste”. **Anuário Antropológico** 78. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 267-287.

<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6059/7876>. Acesso: 21. Dez de 2025.

GEERTZ, C. A arte como um sistema cultural. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, Flávia Ingrid Bezerra Paiva e ZANELLA, Maria Elisa. Histórico, causas e características da semiaridez do Nordeste do Brasil», *Geografares* [Online], 37 | 2023, posto online no dia 01 dezembro 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/geografares/10409>. Acesso em: 28 de setembro de 2025.

INGOLD, Tim. "Pare, olhe, escute! Visão, audição e movimento humano". Revista do NAU, ano 2, jul., 2008. (prefácio e texto completo)

\_\_\_\_\_. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reeduc/v33n01/v33n01a02.pdf>. Acesso em: 12 out.2025.

\_\_\_\_\_. **The Perception of the Environment**. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill. London/New York: Routledge, 2000

JOFFILY. **Notas sobre a Parahyba**. Rio de Janeiro. Typographia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C. 1892.

KESKÜLA, Eeva; MARINS, Cristina Teixeira. Perspectivas antropológicas o trabalho: conceitos, abordagens clássicas e transformações. Revista Antropolítica, v. 54, n. 2, sobre Niterói, p. 436-450, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/55384/32627>. Acesso em: 20 fev.2025

LAGROU, Els. 2009. **Arte Indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. Belo Horizonte: C/ Arte. 127p.

LATOUR, Bruno. "Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência." *Objectos ímpuros: experiências em estudos sobre a ciência*. Porto: Afrontamento (2008): 39-61.

LAVE, J. Aprendizagem como/na prática. *Horizontes Antropológicos*, v. 21, n. 44, p. 37-47, jul. 2015. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 37-47, jul./dez. 2015. Aprendizagem como/na prática. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S010471832015000200003>. Acesso em: 28 de fev. de 2026.

LÉVI-STRAUSS, Cláude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis, Voze, Rio de Janeiro, 540p. 1982.

MAUSS, Marcel. **Uma categoria do espírito humano: A noção de pessoa, a de "eu"**. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: COSACNAIFY, 2003. Quinta parte, p. 367-397.

\_\_\_\_\_. **As técnicas do corpo**. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 399-424

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné-Melanésia. 1ª edição. 1976. Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo. 1976.

MILANÊS, Renata Bezerra. Costurando roupas e roçados: as linhas que tecem trabalho e gênero no Agreste pernambucano. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/21231>. Acesso em: 11 de setembro de 2025.

MILLS, C. Wright. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

NAFE, Sarah Farid. Entre o doméstico e o industrial: relações informais de trabalho e gênero na produção têxtil em Goiânia no ano de 2024. 2024. 105 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/52332>. Acesso em: 16 de setembro de 2025.

OCTÁVIO, José. **Lutas e Resistência**. Conselho Estadual de Cultura SEC. A UNIÃO Editora. João Pessoa, 1994.

PEQUENO, José de Sousa. Experiências vividas: escravidão e formação histórica em São do Cariri (1783-1843) / José de Sousa Pequeno Filho. – João Pessoa: Editora do CCTA, 2017

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942. \_\_\_\_\_ . (1953). História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRINS B, Meijer IC. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas** 2002; 10:155-67. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>. Acesso em: 26 de fev. de 2026.

RIBEIRO, Roberto da Silva. A estrutura discursiva das datas de sesmaria na Paraíba. Revista de História, 4, 2 (2012), p. 26-42 [http://www.revistahistoria.ufba.br/2012\\_2/a02.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2012_2/a02.pdf)

ROLIM, Leonardo Candido. A Rosa dos Ventos dos Sertões do Norte: dinâmicas do território e exploração colonial (c. 1660-c. 1810). 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-13092019-161329/publico/2019\\_LeonardoCandidoRolim\\_VCorr.pdf#page=25.49](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-13092019-161329/publico/2019_LeonardoCandidoRolim_VCorr.pdf#page=25.49). Acesso em: 17 de janeiro de 2026.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos. Quilombo Tapuio (PI): terra de memória e identidade. 2006. 278 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5130>. Acesso em: 18 de setembro de 2025. 257-278

SILVA, Nandhara Bezerra da. “Conheço meu lugar”: uma intervenção pedagógica a partir do diálogo entre Literatura e Sociologia. 2023. 98f. (Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia), Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande - Campus Sumé - Paraíba, 2023. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/30817>. Acesso em 21 de jan. de 2026.

STRATHERN, Marilyn. Os limites da autoantropologia. IN: STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico e outros ensaios. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 576 p.

SOUTO, Pedro Nicácio et al. As últimas décadas da escravidão na Parahyba do Norte (1860-1910): escravizados, livres e o movimento abolicionista. 2021.

SOUZA, Bartolomeu Israel; SOUZA, Ramon Santos. Processo de ocupação dos Cariris Velhos – PB e efeitos na cobertura vegetal: contribuição à Biogeografia Cultural do semiárido. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 229–258, 2016. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2016v26n2p229. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/p.2318-2962.2016v26n2p229>. Acesso em: 20 de janeiro de 2026.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WORTMANN, Ellen, F. "O. 1976,. Sítio Camponês". Anuário. Antropológico/81. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, PP. 164- 203. 1976.

WORTMANN, Ellen, F. "O Sítio Camponês". **Anuário. Antropológico/81**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, PP. 164- 203. 1976

WOORTMANN. Ellen e WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Klaas. Reconsiderando o parentesco. **Anuário Antropológico**, 1(1),149–185, 1977